



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

**A Literacia Financeira
no Sistema Educativo Português**

Liliana Sofia Marques Duarte

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Economia Monetária e Financeira

Orientador:
Professor Doutor Sandro Mendonça
Professor Auxiliar do Departamento de Economia
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

outubro 2018

“If you think education is expensive, try ignorance”
Robert Orben (1974)

Agradecimentos

No decorrer da elaboração da presente dissertação tive de apoio de imensas pessoas que me fortaleceram e incentivaram ao logo deste percurso. Também a sua experiência de vida e experiência profissional foram cruciais no desenvolvimento deste projeto, dando uma nova visão e opinião acerca do tema.

Quero agradecer em primeiro lugar ao Professor Doutor Sandro Mendonça, orientador da dissertação, pelo apoio e incentivo para que a investigação fosse um sucesso. Obrigada por todas as recomendações e orientações que me levaram a ser o mais rigorosa possível.

Um especial agradecimento à minha família, que são o meu pilar e fonte de força e inspiração. Ao meu pai José Duarte e à minha mãe Maria do Rosário Duarte, por nunca me ter faltado nada durante toda a minha vida, e por todos os sacrifícios que fizeram que eu pudesse ser feliz e ter todas as oportunidades possíveis. Obrigada à educação que me deram, e aos conselhos que fui recebendo ao longo dos anos que me tornaram na mulher adulta que sou hoje.

Agradeço à minha irmã Vera Duarte, que puxou por mim nos dias mais difíceis e que nunca duvidou que conseguisse alcançar os meus objetivos e terminar esta dissertação. Obrigada pela nossa cumplicidade e por estarmos sempre juntas para o que der e vier. Os teus esclarecimentos como professora e coordenadora de 1.º ciclo, foram essenciais para que pudesse entender o sistema de ensino português.

Por fim, um agradecimento às minhas colegas de mestrado, Ana Luísa Bacalhau e Bárbara Marques, pelos dias e pelas noites passadas no ISCTE na luta contra o cansaço após um longo dia de trabalho, e na luta por um resultado digno na dissertação, que refletisse todo o esforço e dedicação destes últimos dois anos e meio.

Resumo

Hoje em dia, a iliteracia financeira exprime um quadro significativo onde se questiona o papel do Sistema Financeiro Português. Alguns organismos públicos e privados têm demonstrado preocupação face a esta problemática e, por isso, nos últimos anos, temos assistido a algumas iniciativas na área da Educação, na legislação portuguesa e projetos de sensibilização, com vista a educar a população nesta área. Contudo, estas não se têm mostrado suficientes para dar resposta às dúvidas de todos os cidadãos, tal como apresenta o Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa de 2015, onde 51,10% da população portuguesa continua a tomar decisões com base em opiniões de amigos e familiares.

A presente dissertação aborda a temática da Literacia Financeira e pretende compreender como está organizada a sua aprendizagem no sistema educativo em Portugal e quais as suas práticas nas nossas escolas. Posteriormente, perceber se essas práticas se encontram ou não adequadas para aferir aprendizagens significativas nos estudantes em geral.

Para esta investigação adotei uma metodologia de análise documental e uma análise baseada em entrevistas que serão examinadas através do método de análise de conteúdo de Laurence Bardin. A análise recai sobre duas realidades sendo elas escolas de ensino público e escolas do ensino privado. Pretende-se avaliar se os institutos de ensino do 1.º, 2.º, 3.º CEB e secundário têm como oferta curricular a educação financeira e/ou atividades relacionadas. Adicionalmente pretende-se saber se os professores têm tido o devido acompanhamento e formação necessária para lecionar Literacia Financeira.

Após a análise de todos os dados e retiradas as devidas conclusões, será feita uma reflexão onde emerge a necessidade de verificar projetos exequíveis e acessíveis a todos os profissionais da Educação.

Palavras-Chave: Literacia Financeira, Educação, Formação, Banca, Sistema Financeiro

Classificação JEL: D14, G00

Abstract

Nowadays, financial illiteracy expresses a significant picture in which the role of the Portuguese Financial System is questioned. Some public and private organizations have expressed concern about this problem and, in recent years, we have seen some initiatives in the area of Education, Portuguese legislation and awareness projects, aimed at educating the population in this area. However, these have not shown enough to answer the doubts of all citizens, as presented in the Report of the Survey on Financial Literacy of the Portuguese Population of 2015, where 51.10% of the portuguese population continues to make decisions based on opinions friends and family.

This dissertation addresses the theme of Financial Literacy and aims to understand how their learning is organized in the educational system in Portugal and what their practices in our schools. Subsequently, to see if these practices are or are not adequate to gauge meaningful learning in students in general.

For this investigation I adopted a methodology of documentary analysis and an analysis based on interviews that will be examined through the content analysis method of Laurence Bardin. The analysis falls on two realities: public schools and private schools. The aim is to evaluate if education institutes of the 1st, 2nd, 3rd BEC and high schools have as their curricular offer financial education and / or related activities. Additionally, it is intended to know if the teachers have had the necessary accompaniment and training to teach Financial Literacy.

After analyzing all the data and taking the appropriate conclusions, a reflection will be made, where emerges the need to verify feasible and accessible projects and to all Education professionals.

Keywords: Financial Literacy, Education, Training, Banking, Financial System

JEL Classification: D14, G00

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract	iii
Índice de Figuras	vi
Índice de Tabelas.....	vii
Índice de Siglas e Acrónimos.....	viii
1. Introdução	1
2. Contextualização e Enquadramento Teórico da Literacia Financeira	3
2.1. A Literacia Financeira	4
2.1.1. Definição.....	6
2.1.2. Importância na Sociedade	9
2.1.3. A Literacia Financeira em Portugal	13
2.1.3.1. Plano Nacional de Formação Financeira.....	15
2.1.3.2. Junior Achievement Portugal	19
2.1.3.3. A Banca Comercial e a Literacia Financeira.....	21
2.1.3.4. Reflexos da Literacia Financeira na supervisão comportamental, na fiscalização e sancionamento do Banco de Portugal.....	25
2.1.3.5. A Literacia Financeira no Sistema Educativo Português	28
2.1.3.6. Formação de Professores.....	31
3. Metodologia de Investigação	33
3.1. Objetivo da investigação	33
3.2. Caracterização da amostra	33
3.3. Estratégia metodológica	35
3.4. Método de análise de dados.....	35
4. Apresentação e análise dos resultados da investigação	38
5. Conclusão.....	44
Bibliografia.....	47
Bibliografia Cinzenta	50

Anexos.....	51
Anexo A – Iniciativas nacionais / internacionais complementares e datas importantes referentes à Literacia Financeira	52
Anexo B – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.....	56
Anexo C – Referencial de Educação Financeira.....	57
Anexo D – Estabelecimentos de Ensino Público em Portugal.....	58
Anexo E – Estabelecimentos de Ensino Privado em Portugal.....	59
Anexo F – Apresentação do tema aos entrevistados	60
Anexo G – Declaração de Consentimento	62
Anexo H – Guião da Entrevista.....	64
Anexo I – Entrevistas	66

Índice de Figuras

Figura 1 - Fontes de Informação que Influenciaram a escolha do produto financeiro.....	15
Figura 2 - Pilares da Junior Achievement Portugal.....	20
Figura 3 - Conteúdos Programáticos por Ciclos Escolares	21
Figura 4 - Produtos Financeiros conhecidos do cidadão.....	24
Figura 5 - Produtos Financeiros que o cidadão detém	24
Figura 6 - Reclamações Produtos e Serviços reclamados em 2016-2017	28
Figura 7 - Cadernos de Educação Financeira.....	30
Figura 8 – A Literacia Financeira na Escola Secundária Rainha Dona Amélia	43

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Atividades de Supervisão 2016-2017.....	27
Tabela 2 - Estabelecimentos de Ensino Não Superior em Portugal (2016/2017)	34
Tabela 3 - A Literacia Financeira no Agrupamento de Escolas Francisco de Arruda	43

Índice de Siglas e Acrónimos

AFI	Alliance for Financial Inclusion
APB	Associação Portuguesa de Bancos
ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
ASFAC	Associação de Instituições de Crédito Especializado
BCPLP	Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa
BdP	Banco de Portugal
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNSF	Conselho Nacional de Supervisores Financeiros
DAC	Domínios de Autonomia Curricular
DECO	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
IOSCO	International Organization of Securities Commissions
ISP	Instituto de Seguros de Portugal
MEC	Ministério da Educação e Ciência
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
ONG	Organização não-Governamental
PAA	Plano Anual de Atividades
PISA	Programme for International Student Assessment
PNFF	Plano Nacional de Formação Financeira
REF	Referencial de Educação Financeira

1. Introdução

A presente dissertação incide sobre a Literacia Financeira, um tema que merece especial atenção pelo seu interesse ou a falta dele na nossa sociedade e como tal é emergente estudar e refletir numa perspetiva diferente que até então não foi abordado. Pretende-se aprofundar a sua definição, explicar em que consiste, qual é a sua importância na sociedade, quais os níveis de literacia no nosso país e verificar a razão destes níveis de literacia, investigando como esta é lecionada nas escolas portuguesas.

É de extrema importância educar os cidadãos na área financeira, para que tenham uma formação contínua e consistente desde tenra idade, com vista a se tornarem mais aptos a tomar decisões conscientes no setor bancário, segurador e financeiro. Desta forma, a própria vida dos cidadãos sairia vencedora, face à capacidade de administrar melhor as suas poupanças, melhor gestão dos seus custos e recursos e logo, melhores negócios.

Uma maior literacia também previne o cliente bancário (e de outras instituições e empresas) a estar mais preparado a influências. Seja num banco ou uma loja que conceda crédito para pagamento dos seus produtos, sabemos que os comerciais são pressionados diariamente a cumprir objetivos definidos pela empresa. Esses objetivos são bastante rígidos e como tal, quando um cliente pede aconselhamento em determinado produto, o funcionário orienta o cliente para o produto que lhe mais convém vender. O produto pode até ser vantajoso para o cliente, mas na maior parte dos casos (por experiência própria), se não existisse pressão por parte da entidade empregadora, poder-se-ia sugerir outro produto.

Neste contexto, este estudo tem como base a seguinte pergunta de investigação:

*Quais as falhas no Sistema Educativo Português relativas
ao ensino da Literacia Financeira?*

Esta questão surgiu por conversas informais com alguns membros de comunidades educativas que concluíram que os seus alunos não estão a ter formação na área financeira, apesar do ensino da Literacia Financeira estar previsto e legislado pelo Ministério da Educação.

Basta questionar os nossos amigos e familiares que estão em ambiente escolar, e concluímos pelas suas respostas que a educação financeira está bastante ausente em modo geral.

A questão central em estudo visa em primeira análise compreender como está organizado o Sistema Educativo em Portugal neste âmbito, e quais as suas práticas nas nossas escolas. Posteriormente, perceber se essas mesmas práticas se encontram ou não adequadas para aferir aprendizagens significativas nos estudantes em geral.

Com esta pergunta de investigação derivam outras questões secundárias:

- *Se existem falhas no sistema educativo português, qual a origem da sua existência?*
- *Quais são as barreiras que o corpo docente enfrenta?*
- *Como proceder para que a Literacia Financeira esteja presente no dia-a-dia escolar?*

É a resposta a estas questões e discussões associadas que estão na base da presente investigação. A estrutura desta dissertação será composta por seis capítulos e respetivas subdivisões. No primeiro capítulo é feita a introdução à temática, com a apresentação da pergunta de investigação e das questões secundárias, sendo o capítulo seguinte dedicado à contextualização da problemática. No terceiro capítulo é feito o enquadramento teórico deste estudo, pretendendo-se efetuar uma revisão de literatura de forma a assimilar os conceitos analíticos associados à definição de literacia financeira.

Para além da vertente conceptual, será abordado a importância desta temática e qual o contributo que pode advir ao se promover a educação financeira na população. As consequências de uma iliteracia financeira também serão analisadas e refletidas quer em termos individuais quer no impacto que esta tem no país em termos sociais e económicos. A formação de professores é também um fator relevante de análise, pois tem influência na componente prática do ensino nas escolas. O quarto capítulo destina-se a explicar todo o processo de implementação das entrevistas, incluindo a escolha das instituições de ensino, e a metodologia aplicada. No quinto capítulo será feita a apresentação dos resultados e respetiva análise.

Por último, no capítulo final, apresentaremos as principais conclusões obtidas com esta investigação, as limitações do trabalho efetuado e recomendações para futuras análises sobre este tema.

2. Contextualização e Enquadramento Teórico da Literacia Financeira

Informação e educação são fontes de poder e fatores essenciais para o desenvolvimento económico das nações industrializadas. Conferem também, a quem os possui, a capacidade de gerirem as suas próprias vidas, assim como os seus rendimentos, contribuindo para o seu bem-estar e o das comunidades onde estes indivíduos se encontram inseridos, ao participarem ativamente na vida social das mesmas. Tal como muitas das opções tomadas ao longo da vida, as decisões financeiras podem afetar seriamente a vida das famílias e das empresas, com consequências nefastas resultantes de uma opção errada neste domínio. Muitas dessas decisões são tomadas tendo como base unicamente a intuição, sem que haja uma escolha baseada no conhecimento e numa criteriosa seleção de informação financeira. A importância de os indivíduos possuírem conhecimentos a nível financeiro, os benefícios que daí podem retirar e as consequências que poderão evitar por efetuarem investimentos de modo mais consciente, como o sobre-endividamento, as burlas e a manipulação de terceiros, tornam o tema da literacia financeira muito importante, especialmente no atual contexto dos mercados mundiais.

Atualmente, a sociedade começa a manifestar uma preocupação crescente com a falta de conhecimentos a nível financeiro de grande parte da população, que afetam as suas escolhas económicas, gerando mais pobreza e exclusão social. A iliteracia financeira de um país pode também originar graves problemas sociais e económicos, motivo pelo qual esta preocupação se tem feito sentir por parte não só das entidades financeiras, como do próprio Estado, que tem encomendado estudos no sentido de avaliar a literacia financeira dos cidadãos (Banco de Portugal, 2010). No entanto, esses estudos limitam-se a identificar o problema sem, contudo, apresentarem soluções concretas para o resolver.

O desconhecimento de alguns conceitos financeiros mais usuais pode constituir um impedimento para o sucesso de uma poupança ou de um projeto de investimento, face à cada vez maior e mais complexa diversidade de produtos financeiros oferecidos pelas instituições bancárias (Campbell, 2006; Gale & Levine, 2010; OECD, 2013). A literacia financeira, ao dotar os indivíduos de conhecimentos e competências para tomarem decisões conhecedoras em todos os assuntos, envolvendo a gestão do seu dinheiro, permite-lhes também escolher os produtos financeiros mais adequados, tirando partido das novas tecnologias e administrando de forma eficiente os seus orçamentos (Gale & Levine, 2010; OECD, 2013).

Assim, quanto maior for a literacia financeira, maiores serão os benefícios que os indivíduos poderão obter, pois o acréscimo de informação permite-lhes aproveitar as oportunidades económicas que possam eventualmente surgir, ajudando-os a vencer a resistência face a produtos de investimento inovadores e dando-lhes mais controlo sobre o seu próprio dinheiro (Gale & Levine, 2010; OECD, 2013).

Com base na problemática existente, a presente investigação tenciona mostrar aos organismos competentes a necessidade de promover a educação financeira nos cidadãos, diminuindo o impacto negativo que a falta de conhecimentos neste domínio pode provocar na sua estabilidade financeira e nos seus projetos de vida e, conseqüentemente, no desenvolvimento económico do país.

2.1. A Literacia Financeira

Os termos “literacia” ou “alfabetização financeira”, “educação financeira” e “capacidades financeiras” têm ganho uma crescente visibilidade nos últimos anos, provavelmente como reflexo de novas preocupações que advieram da crise financeira global que afetou seriamente um grande número de países e à qual Portugal não é alheio. Esta evidência nota-se não apenas a nível das entidades bancárias e instituições financeiras, mas também tem despertado a atenção de outras instituições, como agências governamentais e associações de defesa do consumidor. Existe uma preocupação com a falta de conhecimentos demonstrados pela população em geral sobre conceitos e produtos financeiros que os impedem de efetuar as melhores escolhas no que respeita a decisões sobre a gestão das suas finanças pessoais (Lusardi & Tufano, 2008; OECD, 2013).

Os modelos teóricos que incorporam estes aspetos fundamentais do comportamento do consumidor e do ambiente económico, assumem implicitamente que as pessoas são capazes de formular e executar planos de poupança, para os quais necessitam de experiência em lidar com os mercados financeiros, assim como a capacidade de realizar cálculos económicos complexos (Lusardi & Mitchell, 2013). No entanto, a ignorância que os cidadãos possuem sobre esta matéria, usualmente denominada iliteracia financeira, torna-os vulneráveis à manipulação e terceiros, expondo-os a riscos desnecessários que poderão afetar seriamente as suas capacidades de poupança ou conduzir ao sobre-endividamento.

Um exemplo de situações extremas que podem vir a verificar-se ocorreu recentemente com a falência do antigo Banco Espírito Santo, com milhares de depositantes transformados em investidores de produtos financeiros de alto risco, os quais alegam o completo desconhecimento do destino que tinha sido dado às suas poupanças, que pensavam estar em segurança em vulgares depósitos a prazo. Se esses depositantes/investidores tivessem um maior conhecimento a nível financeiro, possivelmente muitos deles teriam repensado antes de correr tal risco, tomado uma decisão mais criteriosa acerca do seu dinheiro que não os tivesse colocado na situação onde hoje se encontram. Este exemplo ilustra bem a realidade que pode ser observada no mundo real: um grande número de pessoas possuem poucos conhecimentos financeiros conducentes à elaboração e execução de planos complexos, e a ausência de tais conhecimentos acaba inevitavelmente por vir a cobrar os seus custos.

Uma gestão ineficaz do dinheiro acarreta consequências sérias, não só para o consumidor e para a sua família, como para o desenvolvimento económico do país ou sociedade em que o mesmo se encontra integrado, ampliando os efeitos das crises económicas e financeiras. Tanto os investigadores, como os decisores políticos têm começado a sentir a necessidade de ampliar os modelos teóricos para preencher as lacunas ainda existentes entre esses modelos e a realidade, de modo a avaliar onde a teoria pode ser enriquecida de forma a poder proporcionar uma melhor orientação para a implementação de políticas eficientes e eficazes, desenhadas para combater as consequências dessas crises.

Van Rooij e Alessie (2011) referem que a literacia financeira influencia o comportamento financeiro nos indivíduos, daí a importância de serem desenvolvidas estratégias e medidas que vão de encontro a este tipo de formação, não só a nível nacional como internacional. Uma dessas medidas será a educação para a literacia financeira nas escolas e locais de trabalho. Abreu e Mendes (2009) defendem que a literacia financeira é transversal aos diversos tipos de informação que o indivíduo tem acesso, sendo positivamente influenciada pelos mesmos.

Segundo a *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico* (OCDE) (2006) a educação financeira permite que os consumidores/investidores melhorem a sua compreensão acerca de produtos e conceitos financeiros. Através desta formação, desenvolvem capacidades e confiança para se tornarem mais atentos a riscos e oportunidades financeiras, tomarem decisões informadas e saberem obter ajuda juntos das entidades competentes (inclusive em caso de litígio).

Numa visão macroeconómica, salienta que a educação financeira poderá ainda ser um motor de investimento e crescimento económico, criando um ciclo positivo não só para a economia, como para o cidadão, dado que consome produtos mais vantajosos para si.

2.1.1. Definição

O conceito de literacia financeira tem vindo a sofrer algumas mutações, sendo que uma das primeiras definições, introduzida na *National Foundation for Educational Research* por Schagen (1997), que definiu a literacia financeira como a capacidade de fazer julgamentos informados e tomar decisões efetivas tendo em vista a gestão do dinheiro. No entanto, a literacia financeira foi inicialmente defendida pela *Jump\$tart Coalition for Personal Financial Literacy* no seu estudo inaugural de 1997, *Jump\$tart Survey of Financial Literacy Among High School Students*. Neste estudo, a literacia financeira foi definida como “a capacidade de usar conhecimentos e habilidades para gerir os recursos financeiros de forma eficaz a fim de garantir a segurança financeira vitalícia” (Hastings et al. 2012:5).

Ao ser sistematizado através da literatura académica, o termo literacia financeira viria a assumir uma diversidade de significados, sendo utilizado para se referir ao conhecimento sobre produtos financeiros tais como, por exemplo: a diferença entre ações e obrigações; diferença entre hipoteca com taxas fixas ou taxas ajustáveis; entendimento de conceitos financeiros como inflação, diversificação ou avaliação de risco. Este termo pode ainda designar as aptidões matemáticas necessárias para a tomada consciente de decisões financeiras ou para elaborar um plano financeiro (Hastings et al., 2012:5).

Potrich e colaboradores referem também o facto de frequentemente se confundir literacia financeira com educação financeira, pois trata-se de dois conceitos conceptualmente diferentes e “usá-los como sinónimos pode gerar problemas, uma vez que a alfabetização financeira vai além da mera educação financeira” (Potrich, *et al.*, 2014:4). Por outro lado, para Huston (2010) a literacia financeira apresenta duas dimensões: uma que constitui a compreensão de toda a dinâmica relacionada com a gestão das finanças pessoais, ou seja, o conhecimento teórico ou a educação financeira, e outra que representa a aplicação prática desses conhecimentos nessa gestão. Este autor distingue também literacia financeira e conhecimento financeiro, conceitos que habitualmente tendem a ser confundidos.

Assim, para Huston (2010), a literacia financeira pode ser também entendida como a capacidade de tomar decisões tendo como base os conhecimentos financeiros entretanto adquiridos. Também nesta ótica Orton (2007), a literacia financeira consiste num conjunto de conhecimentos exclusivos da atividade económica e financeira, que proporcionam tomadas de decisão mais fundamentadas e ajustadas, assim como a compreensão do modo como estas podem afetar o seu equilíbrio financeiro. Este autor considera que a educação financeira também pode ser um instrumento de coesão social e partilha os argumentos do Secretário-Geral Donald J. Johnston da OCDE, o qual no seu relatório *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness* alerta para a necessidade de promover essa educação, não só para garantir a segurança financeira dos cidadãos como a das próprias nações. A coesão social é um elemento essencial para o progresso económico das sociedades modernas, a qual pode ser gravemente afetada quando ocorrem situações de desequilíbrio provocado pelo alargamento das desigualdades na distribuição da riqueza. A melhor forma de combater essas desigualdades consiste em promover a participação de todos os cidadãos na criação e distribuição dessa riqueza e é aí que a educação financeira pode ter um papel fundamental (OCDE, 2005).

Por sua vez, o Banco de Portugal adiantaria que “o conceito de literacia financeira vai para além dos conhecimentos sobre matérias financeiras, envolvendo também a forma como esses conhecimentos afetam os comportamentos e atitudes dos cidadãos no momento da tomada de decisões” (2010:16).

Quanto a Mandell (2007), este definiria a literacia financeira como a aptidão para analisar e avaliar diversos instrumentos financeiros de forma instruída, conseguindo escolher os que melhor se adaptam aos seus objetivos específicos compactuando com Mak e Braspenning (2012) que argumentam que os consumidores, na sua maioria, não possuem um nível suficiente de literacia financeira para tomar decisões informadas e racionais, concluindo que as suas tomadas de decisão serão influenciadas pelos preconceitos comportamentais.

É necessário promover a poupança dos cidadãos e evitar o sobre-endividamento das famílias para manter um equilíbrio a longo prazo, de forma a manter a estabilidade financeira das famílias. Para tal, os indivíduos necessitam de adquirir novos conhecimentos e habilidades que os capacitem a gerir de forma eficiente e eficaz as suas finanças (Szpringer, 2007).

A nível educativo, Jorgensen e Savla (2010) sugerem que os pais comecem a aproveitar, por exemplo, a educação em *workshops* e seminários de finanças para aumentarem o seu nível de conhecimento sobre literacia financeira e para poderem, por sua vez, aumentar a sua capacidade de discutir, ensinar e inculcar princípios financeiros aos seus filhos, especialmente em famílias com menores rendimentos, as quais têm uma margem mais estreita de variação nos seus dispêndios.

Também Lusardi, et al (2010) demonstraram que as características familiares, nomeadamente a educação dos pais, são uma das componentes essenciais para uma literacia financeira. Indivíduos com pais detentores de ações teriam assim maior probabilidade de compreender e aplicar princípios de diversificação do risco, o que sugere que algum conhecimento pode passar diretamente de pais para filhos.

Uma das definições, que é considerada atualmente como sendo provavelmente a mais completa, é a utilizada pela OCDE (sistematizada por Atkinson e Messy; 2012) dado que engloba as componentes do conhecimento, atitudes e comportamento. Segundo estes autores “A literacia financeira é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessárias para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual” (Atkinson & Messy, 2012:14).

A definição de Vieira (2012:24) é um resumo dos principais princípios essenciais da Literacia Financeira e a qual considero como “a” definição a reter:

“Literacia financeira é a capacidade de compreender questões de natureza financeira, consistindo no conjunto de aptidões e conhecimentos que permitem que um indivíduo tome decisões informadas e eficazes por meio da sua compreensão das finanças. Está associado ao conjunto de atitudes relevantes para a tomada da decisão financeira – atuação, comportamento e conhecimento. Essas decisões incluem quando poupar, quando gastar, gerir um orçamento, escolher os produtos financeiros certos e a disposição de lidar com outros eventos, como o financiamento da educação dos filhos e o planeamento da reforma. Quanto maior a literacia financeira, maior o benefício para as pessoas, porque as ajuda a tomar melhores decisões financeiras e dá-lhes mais controlo sobre o seu dinheiro”¹.

¹ “Financial literacy is the ability to understand matters of financial nature, consisting in the set of skills and knowledge that allows an individual to make informed and effective decisions through their understanding of finances. It is associated with the set of attitudes that are relevant for the financial decision-making behavior and knowledge. These decisions include when to save, when to spend, managing a budget, choosing the right financial products and willingness to address other events, such as financing children’s education and planning for retirement. The higher the financial literacy, the higher the benefit for people because it helps them making better financial decisions and gives them more control over their money.”

2.1.2. Importância na Sociedade

O conceito de literacia financeira remete para um outro conceito bastante semelhante e diretamente interligado, o conceito de educação financeira. Com o crescimento exponencial e desregulamentação dos mercados financeiros, a educação financeira é um tema que tem vindo a gerar cada vez mais investimento por parte da sociedade para que esta consiga acompanhar essa evolução.

Segundo a OCDE (2005) este conceito está voltado para o processo pelo qual as pessoas melhoram a compreensão sobre produtos financeiros, serviços e conceitos, contribuindo para escolhas informadas, dirigindo-se aos locais próprios para pedir ajuda e efetuarem outras medidas para melhorar o seu bem-estar financeiro atual e no médio-longo prazo. Explica também que a importância da educação financeira aumentou recentemente como resultado do desenvolvimento do mercado financeiro e das mudanças que ocorreram a nível demográfico, económico e político.

Szpringer (2007) considera extremamente importante, o desenvolvimento de ações que permitam ajudar as pessoas a aceder à educação, às informações e às recomendações mais adequadas na hora de tomar decisões financeiras, como forma não só de as proteger, como também de promover a sensibilização do público e a confiança nos mercados. Anderloni e Vandone (2010) vão ainda um pouco mais longe ao identificar uma dimensão preventiva na educação financeira, na medida em que uma gestão informada e consciente das suas finanças pessoais permite aos indivíduos evitar o sobre-endividamento. Dentro da mesma ótica Greenspan (2003) considera que os adolescentes devem começar, o mais cedo possível, a apreender conhecimentos financeiros básicos, para quando forem adultos evitarem a tomada de decisões financeiras erradas.

Segundo Potrich e colaboradores a alfabetização financeira vem sendo reconhecida mundialmente como um importante elemento de estabilidade e desenvolvimento económico, o que se reflete na recente aprovação dos *Princípios de Alto Nível sobre Estratégias Nacionais para a Educação Financeira* OCDE endossado para o encontro do G20 (G20, 2012) (Potrich *et al*, 2014:2).

A OCDE (2010) faz referência também ao PISA (*Programme for International Student Assessment*), que se trata um estudo direcionado para avaliar a capacidade dos jovens em utilizar os seus conhecimentos e aptidões para enfrentarem os desafios da vida real, em vez de se limitarem a dominar o seu conteúdo curricular específico. É importante referir que o PISA é um estudo que foi realizado a nível mundial pela OCDE abrangendo estados membros e não-membros, visando avaliar o desempenho escolar dos alunos na faixa etária dos 15 anos, em áreas como a matemática, as ciências e a leitura. Este estudo foi realizado pela primeira vez em 2000, tendo vindo a repetir-se a cada três anos. A investigação levada a cabo destinase a avaliar a cognição e capacidade de resolução de problemas no dia-a-dia dos alunos, e tem como objetivo fornecer elementos que permitam ajudar a melhorar as políticas de educação e os resultados daí decorrentes. Segundo o PISA, o conceito de literacia é sistematizado como sendo a capacidade dos alunos aplicarem conhecimentos e competências em áreas-chave de vários assuntos e analisar, refletir e comunicar eficazmente o que eles representam, assim como resolver e interpretar problemas numa variedade de situações.

O PISA 2012 é o primeiro estudo internacional em grande escala para avaliar a literacia financeira dos jovens, capaz de medir as aptidões adquiridas pelos jovens para além da escolaridade obrigatória, nomeadamente a sua capacidade para enfrentarem situações e problemas na sua vida real, e em particular a sua habilidade para usar conhecimentos e competências. O estudo foi efetuado através da recolha e análise cognitiva de informações de alunos de 15 anos em diversos países, sendo assim capaz de fornecer um rico conjunto de dados comparativos internacionais sobre literacia financeira, que os decisores políticos e outras partes interessadas poderão usar para tomar decisões baseadas em evidências reais (OCDE, 2013).

Também Atkinson e Messy (2012) realizaram um estudo piloto sobre educação financeira que abrangeu 14 países e cuja análise se centrou nas variações do conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude entre os países analisados. Os resultados obtidos revelaram uma massiva iliteracia financeira que afetava uma proporção considerável da população desses países, concluindo que existe uma lacuna significativa na oferta de educação financeira e uma necessidade premente de implementar políticas e estratégias nacionais para colmatar estas situações. Este trabalho serviu também para fornecer uma base factual sólida com vista ao desenvolvimento de recomendações por parte da OCDE. Segundo estes autores, existe uma variação significativa nos comportamentos observados nos países pesquisados.

Contudo, existe uma preocupação comum a todos eles e que consiste na falta de uma participação do mercado de forma ativa e informada. Os questionários realizados colocaram uma variedade de questões de modo a avaliar os diferentes estilos de comportamento financeiro, tais como refletir antes de fazer uma compra, pagar as contas a tempo e horas e elaborar orçamentos domésticos. Por outro lado, foram analisados também os comportamentos relacionados com a poupança e empréstimos para fazer face às despesas correntes (Atkinson & Messy, 2012). Alguns dos inquiridos relataram que tinham procurado obter informação independente ou conselhos para escolher produtos financeiros nos últimos 2 anos, com especial incidência dos participantes do Reino Unido, os quais demonstraram maior propensão para o fazer (cerca de 16%) (Atkinson & Messy, 2012).

Em alguns países, existe também uma crescente preocupação com a falta de poupança ativa, embora exista uma grande variação de país para país. Na Hungria, apenas 27% da população tinha efetuado poupanças nos últimos 12 meses, enquanto na Malásia a percentagem era muito significativa (97%). Ao todo, em apenas três países se constatou que mais de 80% da sua população poupava ativamente (Atkinson & Messy, 2012). Este estudo demonstrou também que é possível aplicar o mesmo conjunto de questões a populações muito diversificadas, em todo o mundo, e criar indicadores simples, mas significativos, de literacia financeira. Conforme os autores, combinando cada um dos indicadores é possível obter os níveis globais de literacia financeira. As conclusões deste estudo apontam para a existência de razões sólidas para preocupação, pois a maioria das pessoas têm algum conhecimento financeiro muito básico, pois no que concerne à compreensão de conceitos financeiros e outros elementos financeiros como, por exemplo, juros compostos, existe um considerável desconhecimento por parte de uma percentagem muito significativa da população, em todos os países analisados.

No contexto atual, cada vez mais a literacia financeira tem-se vindo a tornar num tema de especial importância. Os mercados financeiros são cada vez mais vastos, complexos e em constante mudança, sendo necessário possuir um razoável nível de literacia financeira para conseguir avaliar e selecionar as opções que melhor satisfaçam as suas necessidades.

Lusardi & Mitchell (2006;2007) mostram que um baixo nível de literacia financeira está relacionado a um deficiente planeamento não só da reforma como também da poupança a médio/longo prazo.

Uma grande parte das pessoas diz que as informações prestadas pelas instituições financeiras é complexa e confusa, pelo que muitas das vezes recorrem a alguém em quem confiem para resolver o problema. Esta situação torna estas pessoas, alvos vulneráveis e suscetíveis de serem manipuladas. Nesse sentido, Rotfeld (2008) defende que é melhor estudar e aprender a tomar decisões, do que a pedir a estranhos que as tomem por nós.

De acordo com o *Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa* (Banco de Portugal, 2010:15) a literacia financeira dos cidadãos permite-lhes tomar decisões informadas em todas as áreas relacionadas com as suas finanças pessoais, podendo contribuir assim, não só para o seu bem-estar, como também para a estabilidade macroeconómica e financeira do país:

“Neste contexto, há um crescente reconhecimento, designadamente no plano internacional, de que as decisões dos consumidores nos mercados bancários de retalho, além de efeitos financeiros individuais, têm também repercussões importantes na estabilidade macroeconómica e financeira. Cidadãos mais informados e com níveis mais elevados de formação financeira ajudam a fiscalizar os mercados e contribuem para a estabilidade do sistema financeiro ao escolherem os produtos que se adequam ao seu perfil de risco.”

Neste relatório é também referido que o facto de se possuir conhecimentos financeiros possibilita a identificação das necessidades financeiras de forma a selecionar produtos de crédito mais adequados a essas necessidades, aptidão que poderá evitar situações de endividamento excessivo e o inerente risco de incumprimento (Banco de Portugal, 2010).

Marcolin e Abraham (2006) acreditam que a necessidade de literacia financeira se tornou indispensável, pela desregulamentação dos mercados financeiros e pelo mais fácil acesso ao crédito. Assim como, pelo rápido crescimento no desenvolvimento de produtos financeiros e as agressivas campanhas de marketing. O nível de literacia financeira também está correlacionado com o aumento da riqueza pessoal, sendo que, na generalidade quem possui maior nível de literacia irá deter maiores taxas de retorno nos seus investimentos (Lusardi 2008). No mesmo sentido, Lusardi & Mitchell (2007) demonstram que a literacia financeira influencia positivamente o planeamento financeiro, que por sua vez, aumenta a riqueza.

Delavande e colaboradores (2008) acrescentam que o conhecimento financeiro é um exemplo particular de capital humano, e que este é adquirido ao longo do ciclo de vida, permitindo aos investidores obter maiores taxas de retorno nos seus ativos, diminuindo as despesas, e planeando de forma eficaz as suas poupanças. Os autores desenvolveram um modelo teórico que trata o conhecimento financeiro como uma forma de capital humano e a aquisição de conhecimento como um investimento.

Esta metodologia permitiu-lhe concluir que os investidores com níveis mais elevados de conhecimento financeiro, relacionados com nível de ensino superior, tendiam a escolher produtos de maior sofisticação financeira, assim como carteiras de maior risco. Neste estudo, destinado a ilustrar as previsões sobre a escolha de carteiras de investimento e poupança-reforma, foi criado um modelo em que os entrevistados têm de combinar os seus conhecimentos, a sua capacidade de raciocínio fluido e esforço, a fim de responder a cada pergunta, num conjunto de 25 perguntas destinadas a avaliar a sua sofisticação financeira. Enquanto o seu conhecimento e capacidade são pré-determinados, os indivíduos escolhem o seu nível de esforço, compensando o rendimento que recebem de um bom desempenho no teste, com o inconveniente do esforço, medido pelo tempo que levam a responder a cada pergunta, e usando medidas de personalidade e fadiga, para identificar uma função de esforço.

Segundo estes autores, os dados obtidos neste estudo e a estimativa da produção de capital humano, aqui representada pelo conhecimento financeiro, dão suporte empírico para muitas implicações derivadas do modelo teórico. Assim, os entrevistados devem gastar menos tempo em problemas difíceis de literacia financeira, que é o que a função de esforço estimado indica. Da mesma forma, quanto mais conhecimentos possuam, mais fácil será aprender sobre novas questões relacionadas com a literacia financeira (Delavande, et al., 2008).

2.1.3. A Literacia Financeira em Portugal

A literacia financeira em Portugal, sob a forma de educação nas escolas foi um fenómeno tardio que teve início no final dos anos sessenta. *O Programme for International Student Assessment - PISA, 2012* - indica que muita da população portuguesa é capaz de ler, mas não é capaz de interpretar corretamente as conclusões que se poderiam extrair dessa leitura.

Henriques (2010) analisou 500 residentes em Portugal de forma a compreender o nível de literacia financeira da população. O autor concluiu que, na generalidade, a população portuguesa apresenta um baixo nível de literacia financeira, e este nível está fortemente correlacionado com variáveis como a idade, sexo, estado civil, *status* social, escolaridade, situação de emprego, área de educação e rendimentos.

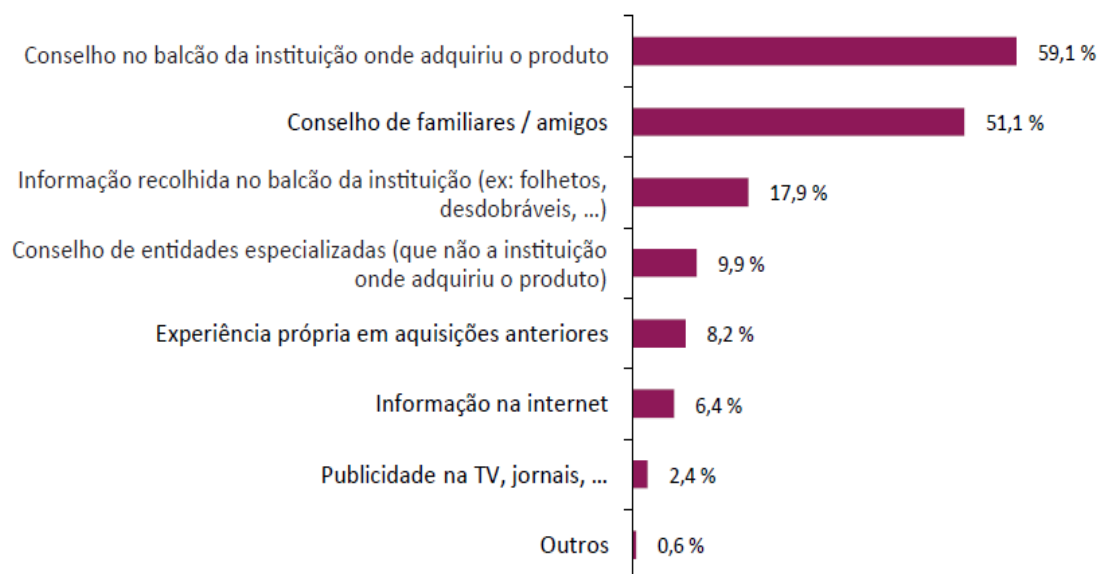
O Banco de Portugal criou em 2008 um Portal do Cliente Bancário² onde está disponível informação financeira sobre conceitos como juros (simples e compostos) e sua forma de cálculo, simuladores de prestações de crédito (à habitação e ao consumo), onde se pode efetuar uma reclamação, entre outras utilidades. O Banco de Portugal também disponibiliza um conjunto de dez cadernos com o objetivo de esclarecer os consumidores acerca dos produtos financeiros existentes, as suas características, e os direitos e deveres que lhe estão associados. Cada caderno aborda uma temática, sendo elas: “Débitos Diretos”, “Transferências a Crédito”, “Cheques-Regras Gerais”, “Cheques-Restrição ao seu uso”, “Central de Responsabilidades de Crédito”, “Cartões Bancários”, “Central de Balanços”, “Notas e Moedas”, “Abertura e Movimentação de Contas de Depósitos” e “Terminais de Pagamento e Caixas Automáticos”.

As próprias Instituições financeiras lançaram as suas próprias iniciativas. A Caixa Geral de Depósitos com o “Saldo Positivo” e “Ciclo de Poupança”. No caso do anterior Banco Espírito Santo, agora Novo Banco, com três iniciativas: “Da Matemática à Literacia financeira”, “No Banco da Escola” e Olimpíadas Portuguesas da Matemática”. O Montepio com “Poupar e Investir” e “Dona Poupança” e o Barclays com “Contas à Vida”.

Um estudo levado a cabo pelo Banco de Portugal (2015) - Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, teve como um dos objetivos identificar as áreas ou produtos em que existia maior défice de informação, compreensão e formação financeira, assim como, os comportamentos financeiros dos indivíduos e das famílias.

Algumas das principais conclusões retiradas, ao nível do acesso ao crédito, destacam a necessidade de sensibilizar a população para avaliar adequadamente os empréstimos, levando em linha de conta a totalidade dos encargos que lhe estão associados e também ao perfil temporal das responsabilidades assumidas.

² <http://clientebancario.bportugal.pt>

Figura 1 - Fontes de Informação que Influenciaram a escolha do produto financeiro

Fonte: Todos Contam - Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa 2015: Pág.69

2.1.3.1. Plano Nacional de Formação Financeira

Face à necessidade de promoção da formação financeira dos cidadãos foi elaborado o Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) por iniciativa do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), o qual integra representantes dos três reguladores financeiros – Banco de Portugal (BdP), Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e Instituto de Seguros de Portugal (ISP)³ (CNSF, 2011).

Ciente da importância da literacia financeira e da sua contribuição para uma retoma económica sustentável, assim como da prevenção de crises, o CNSF criou o PNFF com o objetivo de este ser um instrumento destinado a enquadrar, dinamizar e difundir projetos de formação financeira. Trata-se de um plano nacional destinado a promover a literacia financeira, assim como a apresentar as melhores práticas internacionais nesta área (CNSF, 2011). As suas linhas de orientação incluem a criação do Portal do PNFF e diversas ações a desenvolver a médio e longo prazo que requerem o envolvimento de um amplo e diversificado conjunto de parceiros.

³ Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) nos dias de hoje

Pretende também desenvolver um modelo de governação adequado à natureza dos projetos a implementar, bem como iniciativas para a sua divulgação. Os projetos que o integram serão desenvolvidos de acordo com as melhores práticas internacionais, e serão objeto de avaliação (CNSF, 2011).

Como missão, o Plano Nacional de Formação Financeira:

“[...] visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados, através de uma visão integrada de projetos de formação financeira e pela junção de esforços das partes interessadas, concorrendo para aumentar o bem-estar da população e para a estabilidade do sistema financeiro”
(CNSF, 2011:3).

O PNFF segue a mesma linha de orientação de outros países que reconheceram a importância da educação financeira para os cidadãos possam tomar decisões conscientes para a economia e para a estabilidade do sistema financeira. Assim, a criação de estratégias nacionais de educação financeira assume uma perspetiva de longo prazo, dado que os efeitos dessa formação só serão visíveis num horizonte temporal.

A elaboração dessas estratégias, assim como as iniciativas de promoção da formação financeira têm recebido o apoio dos bancos centrais e dos reguladores financeiros, cujo envolvimento nestas ações tem sido crescente (CNSF, 2011).

Os objetivos do PNFF agrupam-se em cinco níveis. O primeiro dos quais destina-se a melhorar os conhecimentos e atitudes da população face aos assuntos financeiros e inclui as seguintes ações:

- “Sensibilizar a população para a importância da formação financeira.”;
- “Aumentar os conhecimentos da população sobre conceitos financeiros básicos, de forma a permitir uma melhor compreensão da informação transmitida pelas entidades que operam no sistema financeiro e uma escolha mais adequada de produtos financeiros, ponderando custos, remunerações e rentabilidades esperadas e, simultaneamente, os riscos dos produtos.”;
- “Sensibilizar a população para a necessidade de realizar um planeamento do orçamento familiar, que pondere adequadamente as despesas de acordo com os rendimentos.” (CNSF, 2011:11)

O segundo nível destina-se a apoiar a inclusão financeira através da divulgação junto da população do acesso a serviços mínimos bancários que incluem uma conta de depósito à ordem e serviços de pagamento essenciais (CNSF, 2011:11). O nível seguinte visa ensinar a população a desenvolver hábitos de poupança através de ações como:

- “Sensibilizar a população para a importância da poupança, como forma de capacitar as famílias a reforçar o seu património e a fazer face a despesas imprevistas ou ocasionais”;
- “Sensibilizar a população para as crescentes responsabilidades individuais na poupança para a reforma e a saúde (CNSF, 2011:11)”;
- “Incentivar a população a efetuar escolhas adequadas na aplicação das suas poupanças que proporcionem níveis de remuneração e risco adequados ao perfil do consumidor.” (CNSF, 2011:12)

O quarto nível está direcionado para a promoção do recurso responsável ao crédito. Nesse sentido importa:

- “Promover hábitos de recurso responsável ao crédito por parte da população, ponderando adequadamente no orçamento familiar os encargos assumidos numa perspectiva de curto e médio prazo.”;
- “Alertar a população para os riscos do sobre-endividamento, situação que se acentua com a grande diversidade de alternativas de acesso ao crédito (crédito clássico, crédito obtido junto do “ponto de venda”, cartões de crédito, etc.) e a relativamente crescente facilidade na sua obtenção, bem como para as consequências económicas e sociais que daí resultam a nível individual e coletivo.” (CNSF, 2011:12).

Por último o PNFF pretende também criar hábitos de precaução nos cidadãos. Para isso é necessário:

- “Alertar a população para situações que podem indiciar fraudes ou práticas potencialmente lesivas dos seus direitos nos mercados financeiros”;
- “Sensibilizar a população para as situações de risco que podem afetar o rendimento familiar (e.g. doença, desemprego, catástrofes e acidentes, etc.) e ter como consequência despesas inesperadas.” (CNSF, 2011:12)

Para atingir estes objetivos é necessário identificar os segmentos da população que se pretende abranger, os meios a utilizar na formação financeira e as matérias mais relevantes. Entre as iniciativas que o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros decidiu colocar em prática inclui-se a criação do Portal do Plano Nacional de Formação Financeira intitulado atualmente: **Todos Contam**. Trata-se de um portal de literacia financeira que aborda os conceitos básicos associados às decisões financeiras mais frequentes dos consumidores e que servirá também de plataforma para apoio e divulgação das iniciativas a desenvolver no âmbito do PNFF. O portal *Todos Contam* possui conteúdos que abrangem todas as áreas dos mercados financeiros de retalho, elaborados em linguagem clara, organizados por temas e associados às situações que são suscetíveis de envolver decisões de natureza financeira. Estes conteúdos destinam-se vários públicos-alvo e servem também de material de suporte para a própria formação de formadores (CNSF, 2011).

As iniciativas de formação financeira contempladas no PNFF têm em conta as necessidades específicas de cada segmento da população. Assim, serão desenvolvidas ações de formação destinadas a jovens em idade escolar, nomeadamente estudantes do ensino básico e secundário e estudantes universitários, assim como para trabalhadores e grupos vulneráveis, como a população desempregada. Adicionalmente, serão desenvolvidas iniciativas dirigidas à população em geral (CNSF, 2011).

Enquanto as ações destinadas às crianças do primeiro ciclo se centram em sensibilizá-las acerca de importância do dinheiro e da poupança, aquelas destinadas aos jovens do ensino secundário devem incluir informação sobre os meios de pagamento ou o acesso ao crédito, nomeadamente, como lidar com cartões. Por outro lado, quanto se trata de estudantes universitários, essas ações podem e devem incluir conteúdos mais aprofundados, nomeadamente:

“[...] as características dos produtos financeiros existentes no mercado. Podem ser abordados temas como a relação entre a rentabilidade esperada e o risco, o funcionamento dos mercados financeiros e o investimento em produtos financeiros complexos, com maior ou menor grau de aprofundamento consoante a licenciatura em causa. As modalidades de acesso a crédito para o financiamento de estudos universitários, a utilização de cartões de crédito e os riscos de sobre-endividamento são também temas particularmente relevantes para este público-alvo” (CNSF, 2011:15).

No que respeita às ações direcionadas aos trabalhadores, essas deverão incluir conteúdos que lhe permitam tomar decisões informadas em assuntos relacionados com a poupança, o acesso ao crédito e às suas diferentes modalidades, incluindo o crédito à habitação, a prevenção do sobre-endividamento, seguros não financeiros e a preparação da reforma.

As áreas temáticas relacionadas com o acesso a produtos bancários, incluindo os serviços mínimos bancários que permitem a abertura de conta de depósito à ordem e o acesso a meios de pagamentos essenciais a um custo muito inferior ao praticado no mercado; a gestão do orçamento familiar; a prevenção do sobre-endividamento e a prevenção de fraude, surgem como importantes focos para os grupos vulneráveis (CNSF, 2011).

Adicionalmente, o PNFF prevê ainda ações de formação destinadas à população em geral, nomeadamente sobre as características dos produtos financeiros de uso mais generalizado, assim direcionadas para as etapas da vida que implicam decisões financeiras mais exigentes, como a compra de casa e a preparação para a reforma (CNSF, 2011).

2.1.3.2. Junior Achievement Portugal

A *Junior Achievement Portugal*⁴ foi criada em setembro de 2015 como uma organização sem fins lucrativos. Trata-se da versão portuguesa da *Junior Achievement*, a maior e mais antiga organização mundial de educação para o empreendedorismo, criada em 1919 nos Estados Unidos da América. A *Junior Achievement* conta com mais de 450.000 voluntários por todo o mundo, estando presente em 122 países e abrangendo um total de 10 milhões de alunos.

A Junior Achievement Portugal (JA Portugal) possui três pilares fundamentais onde prepara as crianças e jovens através de experiências transformadoras: Cidadania e Literacia Financeira; Educação para o Empreendedorismo e Competências para a Empregabilidade.

A JA Portugal abrange todos os níveis de ensino, desde o ensino básico ao ensino superior. As experiências e projetos trabalhadas nas iniciativas da *Junior Achievement* asseguram o desenvolvimento contínuo de competências empreendedoras, de preparação para o mercado de trabalho e de literacia financeira, durante todo o percurso académico dos alunos.

⁴ <http://www.japortugal.org/>

Quanto à metodologia, os alunos estão no centro da aprendizagem e na tomada de decisão:

“Aprendem, fazendo. Cometem erros, no ambiente protegido que é a escola, com o apoio de voluntários do mundo do trabalho e do professor. Desenvolvem competências de trabalho: liderança, tomada de decisão, resistência ao fracasso, trabalho em equipa, técnicas de apresentação e comunicação oral. São mais empreendedores, mais dinâmicos. São donos do seu futuro.”(JA Portugal)

Os conteúdos programáticos são adequados às idades dos 6 aos 30 anos, e conjugados com as matrizes educativas tradicionais. São trabalhados quatro elementos fundamentais: **Alunos, Professores, Voluntários e Programas**, e são adaptados todos os materiais de forma a serem melhor recebidos e traduzirem maior eficácia.

Cada ciclo de ensino tem áreas concretas onde abordam os temas de forma lógica e com aplicabilidade prática no dia-a-dia, bem como projetos definidos durante todo o percurso escolar.

Figura 2 – Pilares da Junior Achievement Portugal



Fonte: Portal da JA Portugal

Figura 10 - Conteúdos Programáticos por Ciclos Escolares



Fonte: Portal da JA Portugal

Existem outras iniciativas dentro desta temática e datas relevantes que podem e devem ser usadas não só pelos cidadãos, mas como também pelos institutos de ensino (Ver anexo A).

2.1.3.3. A Banca Comercial e a Literacia Financeira

Por parte da Banca Comercial também tem existido um esforço no sentido de melhorar os conhecimentos financeiros dos seus clientes e da sociedade em geral. Segundo a Associação Portuguesa de Bancos (APB) a literacia financeira é, para esta associação essencial pelo que têm sido enviados esforços no sentido de reforçar a formação dos funcionários bancários, de modo a dotá-los das competências necessárias para conseguir aconselhar os seus clientes da melhor forma. Tendo em conta que o negócio bancário pressupõe um cliente informado, várias entidades bancárias estão a investir na formação ao nível do *front office* dos bancos de modo a transmitir maior confiança aos clientes e fidelizá-los⁵.

⁵ https://www.publico.pt/2017/10/23/conteudo-patrocinado/conteudo_patrocinado/como-pode-o-sector-bancario-melhorar-a-literacia-financeira-1789636

Por parte da Banca Comercial terá de haver um cuidado acrescido na forma como promovem as ações de educação financeira para que não haja conflito de interesses entre essas ações de formação e a sua atividade comercial, nomeadamente ao nível de publicidade institucional ou a produtos e serviços financeiros.

Em 2011, numa reunião entre o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e as Comissões de Acompanhamento do PNFF, a gestão de conflito de interesses na promoção da literacia financeira foi uma das questões abordadas, pois estas iniciativas podem ser interpretadas como uma tentativa de reconhecimento da qualidade da instituição financeira que as promove, por parte dos supervisores financeiros, em vez de uma atuação isenta que visa somente melhorar a literacia financeira dos seus clientes.

Para salvaguardar estas situações foi lançado em 2013, o projeto de *Educação Financeira da Associação Portuguesa de Bancos*. Este projeto encontra-se associado ao Plano Nacional de Formação Financeira do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e está integrado na estratégia sectorial da Associação Portuguesa de Bancos para a literacia financeira (APB, 2013). Com a designação de *Boas Práticas, Boas Contas*, esta iniciativa visa estimular nos cidadãos a criação de boas práticas na gestão dos seus orçamentos familiares, de forma a usufruírem de maior estabilidade financeira e, conseqüentemente, de mais qualidade de vida. Segundo a promotora deste projeto, a APB pretende melhorar o nível de literacia financeira dos utilizadores de produtos e serviços financeiros, de modo a haver um relacionamento mais transparente entre a Banca e Sociedade (APB, 2013).

Com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento e da importância do sistema financeiro na economia do país, foi delineada uma estratégia de atuação que será transversal a todas as instituições do sector financeiro. Essa estratégia propõe o desenvolvimento de programas de educação financeira, comuns a toda a banca, organizados por áreas de atuação e cobrindo a totalidade do território nacional. Com esta estratégia pretende-se “formar e informar, de forma simples e clara, sobre os principais produtos e serviços da banca, procurando promover novos hábitos, mais esclarecidos e sustentáveis, quer no que se refere ao relacionamento com o sector quer de utilização dos serviços bancários” (APB, 2013).

Como parte deste projeto foi criado o *site* de cariz pedagógico *Boas Práticas, Boas Contas* (BPBC) que permite que os cidadãos tenham acesso a “informação útil e acessível sobre os serviços da Banca, através de casos práticos, exemplificativos e realistas, que se assemelham a situações da vida real de muitas famílias e com as quais as pessoas se poderão identificar”. O *site* foi construído de forma a facilitar o envolvimento das pessoas, com o objetivo de estimular atitudes e comportamentos, a nível financeiro, que conduzam a tomadas de decisão informadas, esclarecidas, responsáveis e estáveis.

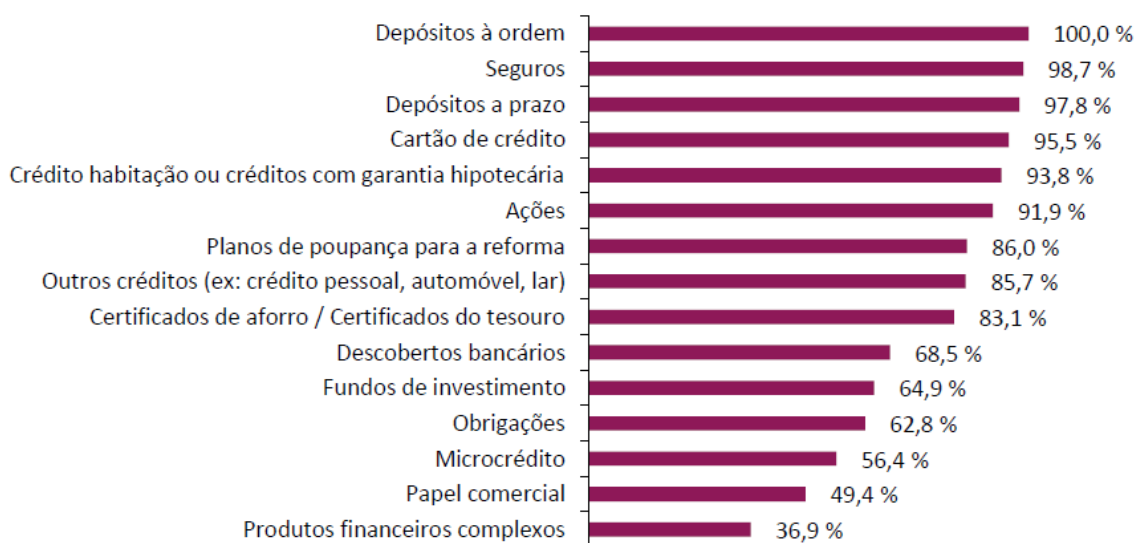
Com vista a uma melhor compreensão dos produtos bancários, o *site* aborda os temas através de uma comunicação diferenciadora, baseada na ilustração e numa linguagem simples e direta, procurando responder às necessidades de informação dos utentes, procurando dotá-los de conhecimento e sensibilizando-os para que façam escolhas e opções financeiras esclarecidas e responsáveis, no seu dia-a-dia e ao longo da sua vida. Os autores dos conteúdos deste projeto fazem parte do pelo Grupo de Trabalho da Literacia Financeira da APB, que integra 11 bancos comerciais, para além da APB e do IFB/ISGB (APB, 2013).

Os dois gráficos seguintes permitem analisar a evolução do ano de 2010 para o ano 2015, relativa ao questionário realizado aos cidadãos portugueses no âmbito do *Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa*, quanto aos produtos financeiros que conhecem / ouviram falar vs aqueles que realmente possuem. Existe uma grande discrepância entre produtos, que grande parte será justificada pela iliteracia financeira em si e a falta de segurança dos cidadãos na adesão a produtos que não se sentem confortáveis e com conhecimentos sólidos. Contudo, não podemos esquecer que existem também diferentes perfis de clientes e que nem todos os produtos são adequados a um cliente.

Também não deixa de ser um fator importante, que a adesão a determinados produtos que o cliente não usa e/ou não entende, estejam relacionados com *packs* bancários relacionados à concessão de créditos com taxas de juros e *spreads* mais baixos.

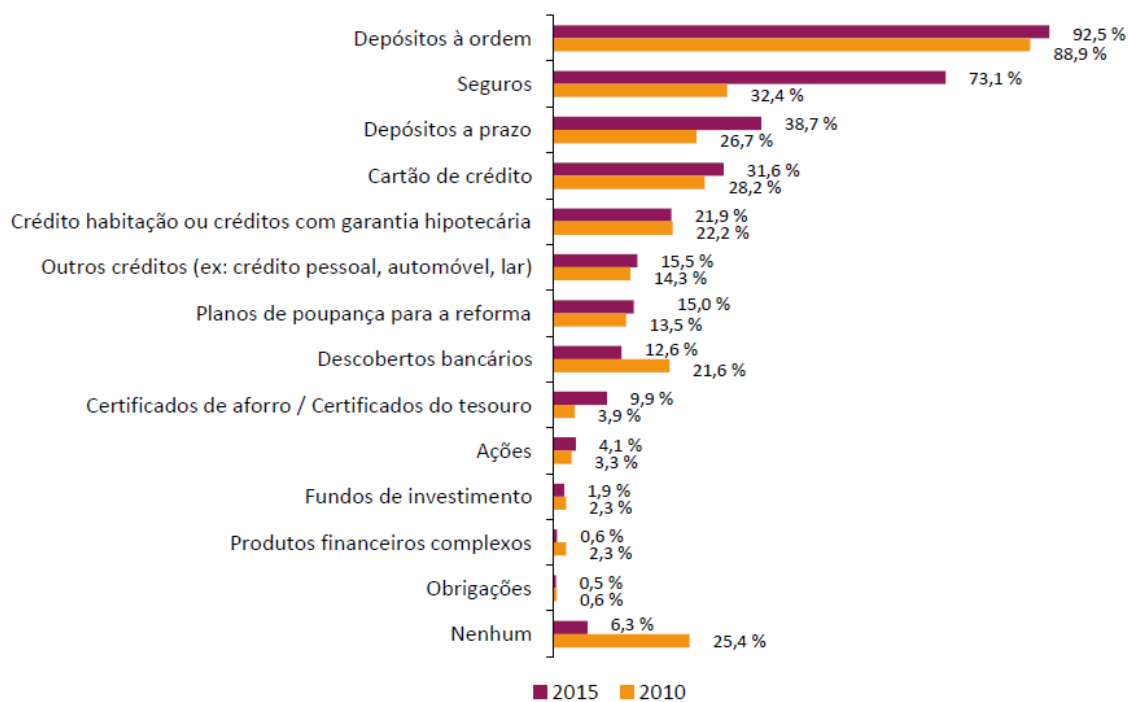
Neste caso, o cliente deve estar ciente da compensação ou não, da adesão a estes produtos, e comparar o custo que tem com eles face ao que poupa na taxa de juro e *spread* durante todo o contrato. Fazer uma análise comparativa de custos é muito importante para tomar uma decisão acertada, inclusive a negociação se aderir na mesma ao seguro proposto (a título de exemplo), mas numa companhia fora do grupo do banco em questão, onde possa obter um preço inferior com a apólice.

Figura 18 - Produtos Financeiros conhecidos do cidadão



Fonte: Todos Contam - Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa 2015: Pág. 66

Figura 5 - Produtos Financeiros que o cidadão detém



Fonte: Todos Contam - Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa 2015: Pág. 66

2.1.3.4. Reflexos da Literacia Financeira na supervisão comportamental, na fiscalização e sancionamento do Banco de Portugal

Atualmente assiste-se a um maior reconhecimento da importância da fiscalização e da supervisão comportamental das instituições de crédito, nomeadamente no que se refere ao seu dever de informar os clientes, para que estes possam tomar decisões cientes do benefício e risco, ao adquirir produtos e serviços financeiros. Neste contexto, cabe ao Banco de Portugal supervisionar o funcionamento das entidades bancárias, de forma a assegurar a sua estabilidade económico-financeira, assim como a sua liquidez e solvabilidade. Esse tipo de supervisão enquadra-se na supervisão prudencial. Por outro lado, cabe também ao BdP a supervisão comportamental das entidades bancárias, de forma a assegurar o equilíbrio entre os interesses das mesmas e os dos seus clientes no decurso da atividade bancária. A supervisão comportamental visa também assegurar o cumprimento dos deveres de informação e transparência através da imposição de regras de conduta a essas entidades, de forma a preservar a confiança no sistema financeiro, essencial para a sua integridade, sustentabilidade e estabilidade. É este tipo de supervisão que assegura aos consumidores de serviços financeiros que os seus direitos estão adequadamente protegidos.

A supervisão prudencial e comportamental também se verifica no campo dos seguros e mercados de capitais, onde atuam conjuntamente as três autoridades de supervisão: o Banco de Portugal (BdP), a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Dado que a falta de informação dos clientes bancários pode condicionar a estabilidade financeira, isso reflete a importância da supervisão comportamental e o impacto que a mesma tem na literacia financeira, pois um dos objetivos da supervisão comportamental consiste em assegurar que o aconselhamento na aquisição de produtos financeiros que as entidades bancárias dispensam aos seus clientes é o mais objetivo possível e tem como base o perfil do consumidor, tendo em consideração a complexidade do produto e os riscos que lhe estão associados.

Para tal, deverá ser dada formação aos gestores de conta de forma a capacitá-los para entenderem quais são os objetivos financeiros do cliente, os seus conhecimentos, capacidades e experiência e incentivá-los a prestarem o maior número possível de informações relevantes e exatas, com vista a que esse aconselhamento vá de encontro a esses objetivos.

Uma maior formação financeira poderá ser insuficiente para alterar hábitos comportamentais, pois estes são também condicionados por outros fatores, quer sejam de natureza psicológica ou social, mas poderá condicionar o seu comportamento nos mercados financeiros, de forma a prevenir riscos desnecessários. O impacto mais significativo da literacia financeira traduz-se a nível da regulação e supervisão dos mercados financeiros, pois a literacia pode ser simultaneamente um reforço e um complemento às medidas regulatórias. O aumento da formação implica um maior rigor na monitorização do cumprimento da transparência e do dever de informação das entidades bancárias, bem como das normas de regulação e proteção dos consumidores, garantindo uma maior eficácia e possibilitando a diminuição das assimetrias de mercado.

No entanto, a literacia por si só não é suficiente para prescindir da regulação rígida e contínua nos mercados financeiros, e é aqui que reside o principal papel do Banco de Portugal ao exercer a sua ação regulatória, fiscalizadora e sancionatória. A importância da supervisão comportamental é incontornável na medida em que ela consolida a confiança no sistema, através da fiscalização que exerce junto das instituições bancárias, contribuindo em última instância para a estabilidade do sistema financeiro.

Uma maior literacia financeira nos cidadãos e uma maior consciência acerca dos seus direitos e deveres, reflete-se nas reações que os clientes tenham perante instituições de crédito e perante empresas que concedam crédito para a compra dos seus produtos (por exemplo: Worten). Este fator fará com que as instituições estejam mais atentas e exponham com maior clareza toda a informação, dado que o cliente não será tão fácil de manipular e fará mais perguntas e comparações para alcançar os seus objetivos. Uma maior informação do funcionamento dos produtos e serviços financeiros leva a um aumento de reclamações junto das entidades competentes (ver tabela seguinte), o que origina um maior sancionamento e controlo por partes das entidades competentes. Apesar de a população portuguesa não deter muitos conhecimentos financeiros, têm existido diversas notícias e artigos, e reportagens com alguns avisos e sugestões ao cidadão. Um grande exemplo disso é o “Contas-Poupança”, criado por Pedro Andersson. Trata-se de uma rubrica da SIC com cerca de sete temporadas, que tem tido imenso sucesso e adesão, levando à criação de um *site* e *facebook* com mais de 155 mil subscritores, e a publicação de dois livros de ajuda ao consumidor.

Esta iniciativa tem vindo a crescer e as dúvidas apresentadas despertam a curiosidade dos cidadãos portugueses, dado que se identificam com as várias problemáticas expostas e ficam atentos às soluções e sugestões dadas. O facto de a rúbrica passar num dos maiores canais portugueses, em horário do Jornal da Noite, faz que um elevado número de pessoas assista ao programa.

Tabela 1 - Atividades de Supervisão 2016-2017

	Número 2016	Número 2017	Entidades abrangidas 2016	Entidades abrangidas 2017
Reclamações	14 141	15 282	84	77
RCL (provenientes do Livro de Reclamações)	7060	7652	61	49
RCO (provenientes de outros meios)	7081	7630	73	73

Fonte: Retirado de: <https://www.bportugal.pt/page/comportamental-fiscalizacao>

O Banco de Portugal analisa as reclamações que os clientes bancários apresentam contra as instituições de crédito, as sociedades financeiras, as instituições de pagamento, as instituições de moeda eletrónica e os intermediários de crédito sobre depósitos bancários, crédito à habitação, crédito aos consumidores, outros créditos a particulares e empresas, serviços de pagamento e moeda eletrónica.

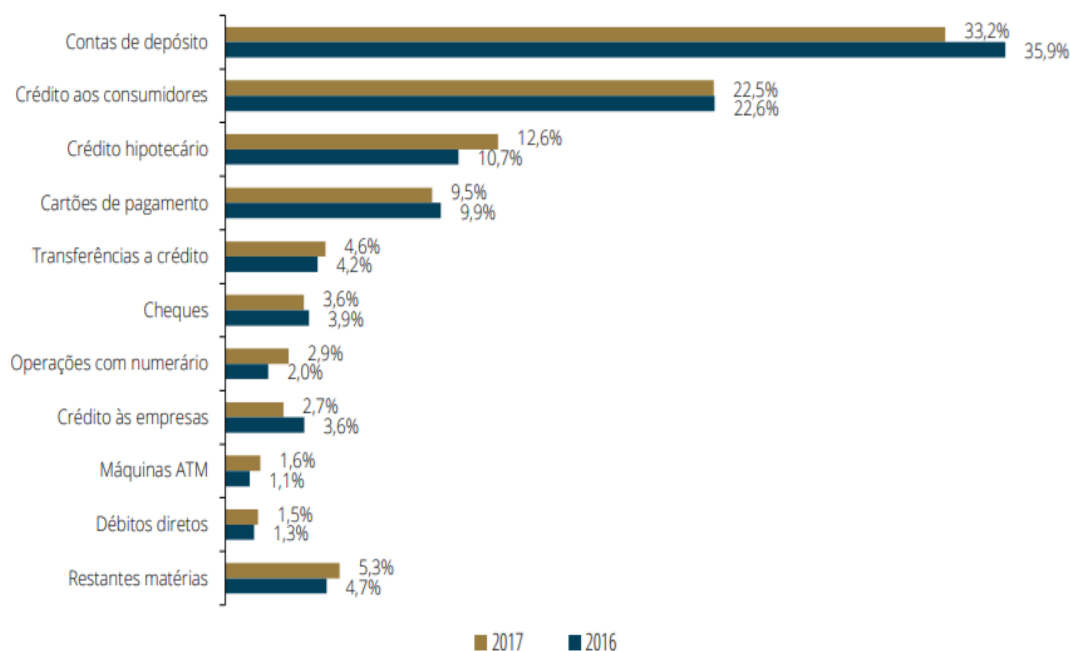
Para além do livro de reclamações, o cliente também tem outras formas de efetuar a sua reclamação e / ou solicitar ajuda na resolução de conflitos:

- Site da instituição em questão;
- Portal da Queixa,
- DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;
- Direção Geral do Consumidor;
- Centros de Arbitragem de Conflitos.

Muitos cidadãos desconhecem as opções e diversidade existentes acerca de entidades que ajudem na informação e na resolução de conflitos, sentindo-se por vezes impotentes contra as grandes instituições de crédito.

Também essa gestão de conflitos alonga-se a nível temporal e em muitos casos, os consumidores acabam por desistir de resolver os problemas em questão e acabam por aceitar as orientações dadas pelos bancos e outras instituições, de modo a sentirem-se livres e sem assuntos pendentes, que pensam não irá surtir o efeito desejado.

Figura 34 - Reclamações / Produtos e Serviços reclamados em 2016-2017



Fonte: Banco de Portugal - Relatório de Supervisão Comportamental 2017: Pág. 76

2.1.3.5. A Literacia Financeira no Sistema Educativo Português

A educação financeira para as crianças e jovens em idade escolar é reconhecida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Atualmente, o Ministério da Educação e Ciência (MEC) representado pela Direção-Geral da Educação propõe estratégias de ação para uma educação financeira no sistema educativo a par com o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Estas estratégias foram primeiramente publicadas no Despacho n.º 5908/2017 onde está promulgado o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular nos ensinos básico e secundário em regime de experiência. Findo este período, as estratégias foram reforçadas, identificadas e promovidas no Decreto-Lei n.º 55/2018, a 6 de julho de 2018.

Os Conselhos Pedagógicos e Departamento Curriculares face aos documentos orientadores do MEC: “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória”; “Aprendizagens Essenciais”; Curriculum Nacional – DL 55/2018 e Curriculum Nacional 139/2012, têm o poder de decisão para promover nas suas escolas um conjunto de propostas de ação que contribuem para uma qualidade de ensino que potencia o desenvolvimento pessoal, social e cultural dos seus alunos. O artigo 3º, alínea e) do Decreto-Lei n.º 55/2018, identifica os “*Domínios de Autonomia Curricular*” (DAC), ou seja, “áreas de confluência de trabalho interdisciplinar e/ou de articulação curricular, desenvolvidas a partir da matriz curricular base de uma oferta educativa e formativa”. Estas estratégias possibilitam então dar respostas às necessidades reais, contextualizadas da nossa sociedade, reforçando por exemplo, conhecimentos financeiros que contribuem para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos financeiros adequados.

A área de Cidadania e Desenvolvimento é uma das novidades curriculares deste decreto, sendo referenciada nas “Aprendizagens Essenciais”. O seu modelo de operacionalização tem como estratégias:

- Ser transversal na gestão curricular em todos os níveis de escolaridade;
- Ser uma disciplina do 2.º e 3.º ciclo;
- Ser integrada em projetos de escola em todos os níveis de escolaridade.

Deste modo, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania passa por categorizar esta área em três grupos. A Literacia Financeira e Educação para o Consumo é contemplada no 2.º grupo como proposta de trabalho em pelo menos dois ciclos de ensino básico (ver Anexo B). As escolas podem então elaborar um roteiro de construção de um DAC a partir da área de Cidadania e Desenvolvimento ou Educação para a Cidadania e, integrar o tema da Literacia Financeira. Esse roteiro pode ser e deve ter em conta o Referencial de Educação Financeira (REF) para a Educação Pré-escolar, Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos aprovado no despacho 30 de maio de 2013.

O REF foi criado pelo MEC em parceria com o CNSF e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, tratando-se de um documento orientador para a implementação da educação financeira em contexto educativo e formativo.

Nele está contemplado os temas, subtemas e objetivos para os diferentes níveis de educação e ensino que devem ser tidos em conta ao longo da escolaridade obrigatória, quer em projetos DAC, quer no Plano Anual de Atividades, quer nas diferentes áreas disciplinares. Os grandes temas são Planeamento e Gestão do Orçamento; Sistema e Produtos Financeiros Básicos, Poupança; Crédito; Ética, Direitos e Deveres. No anexo C consta um quadro que exemplifica a forma como estes temas e subtemas estão divididos pelos ciclos de ensino, e consegue-se compreender não só a evolução ao longo do percurso escolar, como a quantidade de assuntos abordados.

As opções e decisões pedagógicas podem também ter em conta o “*Caderno de Educação Financeira*” para o 1.º ciclo do Ensino Básico (2015); o caderno para o 2.º ciclo do Ensino Básico (2016) e o caderno para o 3.º ciclo do Ensino Básico (2018), sendo este último mais recente apresentado durante as comemorações do Dia da Formação Financeira – 31 de Outubro. Tratam-se de materiais didático-pedagógicos de apoio ao REF e os seus conteúdos de educação financeira são apresentados de forma lúdico-didática.

Com estas novas propostas e estratégias de ação sugeridas no âmbito das prioridades definidas no Programa do XXI Governo Constitucional para a área da educação, os professores podem também implementar trabalho de projeto, e para tal o MEC promove atividades de formação financeira.

Figura 7 – Cadernos de Educação Financeira



Fonte: www.dge.mec.pt

2.1.3.6. Formação de Professores

No âmbito do Referencial de Educação Financeira, existe uma promoção da formação de professores e educadores. Esta formação abrange a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos.

Desde o ano de 2014 (1ª fase do programa), já foram realizadas ações de formação de professores em várias regiões do território continental tais como Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve – as cinco direções de serviço regionais da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e também as Regiões Autónomas da Madeira dos Açores.

As formações têm como objetivo proporcionar aos professores e educadores do nosso sistema de ensino, a aquisição de conteúdos nas áreas de economia e finanças com intuito de habilitá-los com conhecimentos e ferramentas necessários para implementação em aula. Tem também o intuito a utilização de recursos educativos como forma de incentivar e facilitar a implementação da educação financeira. O plano formativo conta com cerca de 25 horas presenciais e 25 horas não presenciais.

A equipa de formadores é constituída por elementos do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e pela Direção-Geral da Educação. Segundo o relatório de atividades do PNFF, em 2018 o CNSF e o Ministério da Educação pretendem dar continuidade ao programa de formação de professores, embora seja ajustado às novas exigências.

Foram iniciadas novas ações de formação dirigidas a centros de formação de professores com o modelo de “curso” de 25 horas de formação e têm como objetivo formar professores que atuem como multiplicadores junto de outros professores. Com esta nova abordagem, pretende-se aumentar a capacidade de resposta aos pedidos de formação financeira por parte de professores de todo o país.

A formação de professores é essencial para que se consigam transmitir aos alunos todos os conceitos envolventes na temática da Literacia Financeira. As formações feitas através do Ministério da Educação acabam por ser escassas face ao extenso conteúdo programático possível durante os vários ciclos escolares. Para além de que, não foram abrangidas todas as escolas, apenas as escolas que se candidataram ao programa.

O novo modelo de 25 horas de formação vem tentar fazer face à crescente procura de ajuda por parte dos professores perante as suas dificuldades, contudo, a diminuição de 50 horas para 25 horas pode não ser vantajoso para a qualidade da formação dada. Apesar de que desta forma seja possível abranger um maior número de professores, terá de existir uma consistência de aprendizagem, de forma a dar segurança e confiança ao professor na sua sala de aula.

Quanto ao *Junior Achievement* já referido anteriormente, existe um apoio aos professores providenciando material programático às escolas, complementado com sugestões de ensino em determinadas temáticas.

Também a *Associação de Instituições de Crédito Especializado* (ASFAC) faz formação financeira gratuita a professores e formadores. A ASFAC desenvolve há mais de 12 anos programas de educação financeira no âmbito da responsabilidade social, desenvolvendo *workshops* no âmbito do programa da AFLATOUN – Portugal 2017 (ONG responsável pela educação social e financeira de crianças e jovens em mais de 120 países no mundo de que a ASFAC é parceira em Portugal).

3. Metodologia de Investigação

3.1. Objetivo da investigação

Para estudar a Literacia Financeira no Sistema Educativo Português é importante entender a estrutura curricular-base no nosso ensino, e ainda explorar as opções existentes tais como ofertas complementares e, ainda, documentos da instituição como o Plano Anual de Atividades. Refletir sobre as tomadas de decisões que cada escola / colégio faz face à escolha de ofertas complementares, e as implementa no instituto, bem como a definição de atividades e projetos para o ano letivo.

Aproveitando a investigação em curso, decidi analisar dois contextos distintos na educação: instituições de ensino público e instituições de ensino privado. Existe um currículo-base o qual as instituições têm de se cingir, no entanto, que escolhas privilegiam? Há diferenças dessas escolhas entre o ensino público e privado? É nesta premissa que o estudo vai ao encontro.

Os objetivos da presente Dissertação passam por:

- Verificar como a literacia financeira é lecionada nos diferentes níveis de ensino público e privado - 1.º, 2.º, 3.º CEB e secundário;
- Analisar atividades, planificações e critérios;
- Perceber quais as dificuldades que o corpo docente está a enfrentar face à nova legislação;
- Reflexão sobre a posição das escolas face a esta temática, bem como perspetivas futuras.

3.2. Caracterização da amostra

A amostra é composta por institutos do ensino público e privado de todo o país, onde foram contactadas 85 escolas no total, sendo que apenas 3 institutos de ensino aceitaram fazer parte desta investigação. A amostra foi restringida ao Distrito de Lisboa pois o objetivo é a análise do sistema de ensino relativa à Literacia Financeira na capital do nosso país.

Foram convidadas a participar nesta investigação escolas do 1.º, 2.º e 3.º CEB e Secundário com o intuito de analisar o grau de ensino da Literacia Financeira ao longo dos ciclos escolares, bem como a sua evolução, compreendendo se este ensino é homogéneo, ou existem ciclos com maior ou menor incidência do ensino de práticas financeiras.

Consta nos Anexos D e E, o número de escolas do ensino público vs o número de escolas do ensino privado em duas tabelas onde se distingue o número de estabelecimentos por tipo de ensino: pré-escolar, ensino básico e secundário. Nos números apresentados são contabilizados estabelecimentos de ensino regular, ensino artístico, cursos profissionais e cursos de educação e formação. Cada estabelecimento de ensino é contado tantas vezes quantos os ensinosa que ministra. Desta forma, o número de estabelecimentos de ensino em termos físicos serão menores aos valores apresentados, dado que diversas escolas e colégios lecionam mais do que um ciclo simultaneamente.

A seguinte tabela dá-nos uma perspetiva do número de escolas e colégios existentes em Portugal continental e ilhas (público e privado).

Tabela 21 - Estabelecimentos de Ensino Não Superior em Portugal (2016/2017)

Período de referência dos dados	Localização geográfica (NUTS - 2013) (1)		Estabelecimentos de ensino não superior
			Tipo de estabelecimento
			Total
			Natureza institucional
			Total
			N.º
2016 / 2017	Portugal	PT	8584
	Continente	1	8175
	Região Autónoma dos Açores	2	242
	Região Autónoma da Madeira	3	167

Notas: (1) A partir de 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor uma nova versão das NUTS (NUTS 2013). Ao nível da NUTS II ocorreu apenas uma alteração de designação em "Lisboa" que passou a ser designada por "Área Metropolitana de Lisboa".

Fonte: www.ine.pt (última atualização de dados a 04 de julho de 2018)

2.3. Estratégia metodológica

A opção metodológica escolhida é a *Entrevista*, complementada com *análise documental* de documentos oficiais do Ministério da Educação; legislação aplicável e ainda documentos de referência das escolas e colégios, que contenham planificações e diretrizes aplicadas.

A entrevista foi enviada em formato escrito à *Direção e Coordenação Pedagógica* de institutos do ensino público e privado, onde o tema da Dissertação, os seus objetivos e ainda a metodologia a ser utilizada bem como o tratamento de dados, foram apresentados aos entrevistados para que pudessem validar a extrema importância da sua participação neste estudo (Anexo F).

De forma a salvaguardar a integridade das entrevistas, foi solicitada às escolas o preenchimento da declaração de consentimento (anexo G), onde é frisado que a entrevista tem uma ótica somente de investigação e não qualquer outro tipo de fim.

O guião da entrevista consta no Anexo H e é composta por 11 questões, que foram criadas de modo estruturado e objetivo para que não ocupassem em demasia o tempo da Direção e Coordenação Pedagógica dos institutos de ensino, para que fosse ágil todo este processo.

Os 3 institutos de ensino que aceitaram participar nesta investigação, solicitaram a codificação do nome das escolas / colégios para permanecerem em anonimato. Essa codificação consta no Anexo I, juntamente com a transcrição íntegra das entrevistas.

3.4. Método de análise de dados

As entrevistas serão analisadas com base no método de *Análise de Conteúdo*, onde nos seus princípios metodológicos podem abranger orientações quantitativas ou qualitativas (a primeira através de um método estatístico, e a segunda com um procedimento mais interpretativo). Dependendo do objetivo do estudo em questão, estas orientações podem ser usadas em conjunto ou em separado. Na presente investigação, iremos trabalhar numa base essencialmente qualitativa, embora será feita uma pequena abordagem quantitativa em termos de dimensão das respostas positivas ou negativas relativamente ao tema.

Existem diferentes técnicas que podem ser utilizadas na realização de pesquisas diferenciadas, mas a análise de conteúdo consiste numa técnica de análise de dados que vem sendo utilizada com muita frequência nas pesquisas qualitativas em campos como: administração, psicologia, ciência política, educação, publicidade e, principalmente, na sociologia, (Flick,2009).

Segundo Chizzotti (2006:98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Para Minayo (2001:74), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Segundo a autora, a análise de informações sobre o comportamento humano, possibilita uma aplicação bastante variada, tendo duas funções: a verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Estas funções podem ser aplicadas em pesquisas qualitativas ou quantitativas.

O método da análise de conteúdo “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade, permitindo conciliar “rigor metodológico e profundidade inventiva” (Quivy e Campenhautd, 2005:227).

Segundo Laurence Bardin, a Análise de Conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (...) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (...) destas mensagens” (Bardin, 2009:41).

A análise qualitativa pode ser feita em duas dimensões:

- Na vertical, onde se entende a entrevista num todo, captando a lógica das respostas e o seu encadeamento. Em cada entrevista debruçamo-nos sobre cada sujeito separadamente, chegando a uma síntese individual dos temas abordados na entrevista.
- Na horizontal, onde cada tema é comparado transversalmente nos vários discursos de todos os entrevistados. É analisada a forma como cada um dos temas é abordado pelos entrevistados, tendo em conta não só semelhanças, mas como também diferenças entre eles.

Desta forma, desenvolve-se o reconhecimento de temas presentes nos discursos, filtrando e reduzindo informação, de modo a permitir a sua comparação e interpretação.

Quanto ao tratamento dos dados obtidos nas entrevistas e utilizando critérios de análise de conteúdo, deve ser realizada uma análise “à frase” onde é considerado o respetivo guião. A construção do guião em si, foi conduzida pelos objetivos da pesquisa e pelos blocos teóricos orientadores, para identificar as principais dimensões estruturadoras. Desta forma, foram encontradas as categorias e subcategorias adequadas baseadas em Bardin (2009).

Na análise dos dados serão construídas grelhas de análise, onde os excertos das entrevistas são ajustados a cada categoria criada de forma a filtrar as respostas. Esta organização permite ter uma visão de como o tema é tratado, bem como as diferentes categorias são abordadas por diferentes instituições de ensino, destacando as dissemelhanças e parecenças (Guerra, 2006).

4. Apresentação e análise dos resultados da investigação

De seguida temos os blocos temáticos orientadores para a análise das entrevistas.

No Anexo I constam as transcrições das entrevistas na íntegra.

Blocos Temáticos	Objetivos Específicos	Etapas / Questões
<p><u>Bloco A</u></p> <p>○ Legitimação e motivação da entrevista</p>	<p>○ Legitimar a entrevista;</p> <p>○ Motivar o entrevistado.</p>	<p>○ Apresentar o tema e quais os seus objetivos;</p> <p>○ Solicitar a colaboração do entrevistado (representando uma instituição de ensino), referindo a importância da sua participação na realização do estudo;</p> <p>○ Assegurar o anonimato das informações prestadas se for o desejo do entrevistado e instituição de ensino;</p> <p>○ Solicitar autorização para realizar entrevista em formato escrito;</p> <p>○ Garantir a informação sobre o resultado da investigação.</p>
<p><u>Bloco B</u></p> <p>○ A educação, o currículo, carga horária e planificação de conteúdos da área da Literacia Financeira</p>	<p>○ Conhecer a atitude dos inquiridos face ao currículo nos diferentes ciclos, à Literacia Financeira e a sua carga horária.</p>	<p><u>Questão 1.</u> O seu estabelecimento de ensino preconiza na sua matriz curricular, dos diferentes ciclos, alguma área disciplinar onde poderá constar na sua planificação o tema da Literacia Financeira? Qual?</p> <p><u>Questão 2.</u> Se sim, que carga horária é dedicada a esta área?</p> <p><u>Questão 3.</u> Se a Literacia Financeira está integrada na área disciplinar relacionada com a Educação para a Cidadania/ Cidadania e Desenvolvimento, que peso tem este tema na planificação anual da disciplina, e que critérios de avaliação está submetido no regulamento interno? Pode anexar um exemplo de uma planificação e dos critérios.</p>
<p><u>Bloco C</u></p> <p>○ A oferta complementar, o PAA e o currículo</p>	<p>○ Conhecer a oferta complementar, as atividades do PAA e o currículo da escola relativamente à área da Literacia Financeira.</p>	<p><u>Questão 4.</u> Que atividades estão contempladas no Plano Anual de Atividades sobre a Literacia Financeira?</p> <p><u>Questão 5.</u> Se a escola não tem como oferta curricular uma área disciplinar onde esta temática possa ser abordada, quais as razões que levaram a essa decisão?</p>

		<p><u>Questão 6.</u> Sabendo que o novo decreto-lei 55/2018 determina uma matriz curricular base, onde a Cidadania e Desenvolvimento deverá ser integrada nas diferentes áreas de forma transversal, ou ser uma oferta complementar, ou ainda ser uma disciplina, de que forma a escola se está a preparar para desenvolver o tema em questão?</p> <p><u>Questão 7.</u> Quando o Corpo de Docentes planifica os conteúdos deste tema, ele fá-lo somente no seu ciclo, ou há um trabalho de equipa entre ciclos onde possam discutir o processo de evolução de conceitos e casos práticos da Literacia Financeira? Pode dar exemplos.</p>
<p><u>Bloco D</u></p> <p>○ Expetativas do corpo docente sobre a formação na área da educação financeira</p> <p>○ Expetativas da comunidade educativa e a escolha desta área no ensino.</p>	<p>○ Aferir o conhecimento das ações de formação relativa à área da educação financeira.</p> <p>○ Aferir a preocupação da comunidade educativa face a esta temática.</p>	<p><u>Questão 8.</u> A escola tem planeado ações de formação para o seu corpo docente na área da educação financeira? Se não, como é que os professores conseguem planear os diferentes conteúdos desta área?</p> <p><u>Questão 9.</u> Neste momento, o Ministério da Educação emitiu alguns documentos, como as <i>Aprendizagens Essenciais</i> e o <i>Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória</i> onde abordam esta temática. No entanto, a escola sente que há necessidade de haver um programa mais detalhado onde os professores possam conhecer os diferentes conteúdos a abordar nas suas aulas?</p> <p><u>Questão 10.</u> No nosso mercado, há livros que abordam a educação financeira para os diferentes anos de escolaridade. Os seus professores regem-se por estes recursos didático-pedagógicos no seu dia-a-dia?</p> <p><u>Questão 11.</u> Quando é realizada uma avaliação do Projeto Educativo do seu estabelecimento de ensino, a comunidade educativa expressou a necessidade de abordar este tema? Os encarregados de educação e a comunidade envolvente demonstram preocupação com a ainda elevada iliteracia financeira?</p>
<p><u>Bloco E</u></p> <p>○ Validação da entrevista</p>	<p>○ Validar a entrevista;</p> <p>○ Agradecer a disponibilidade e colaboração.</p>	<p><i>Agradecer a disponibilidade e importância da entrevista, bem como a sua utilidade para o presente estudo.</i></p>

Análise das entrevistas com base na “Análise de Conteúdo” de Laurence Bardin:

Tema	Categoria	Subcategoria	Indicadores
<p>A educação, o currículo, carga horária e planificação de conteúdos da área da Literacia Financeira</p>	<p>Perceção dos docentes sobre a área da Literacia Financeira face:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Currículo; -Carga horária; - Planificação de conteúdos 	<p>Perceção negativa</p>	<p>“Não... poderemos trabalhar esta área de forma transversal e abordá-la nas diferentes áreas curriculares... Contudo não temos nenhuma hora dedicada e este tema.”</p> <p>“Sim...a oferta complementar - Educação para os Valores...1h/semana”.</p> <p>“Sim, na Oferta Complementar, designada Educação para a Cidadania/ Cidadania e Desenvolvimento....1h/semana”</p> <p>“...a literacia financeira não foi um tema selecionado...”</p> <p>“...Este ano letivo, a literacia financeira não foi um tema selecionado para desenvolver nesta área disciplinar...”</p> <p>“...a literacia Financeira, ainda não ganhou peso nesta área curricular...”</p>
<p>A oferta complementar, o PAA e o currículo</p>	<p>Tema e atividades de literacia financeira</p>	<p>Tema e atividades reduzidas ou nulas</p>	<p>“Neste momento, no PAA, as atividades previstas não estão relacionadas com esta temática.”</p> <p>“Não temos atividades pensadas/programadas para este tema.”</p> <p>“A seleção dos conteúdos a abordar são da responsabilidade do corpo docente, que considerou outras áreas mais pertinentes.”</p> <p>“...não contemplado atividades da Literacia Financeira...”</p> <p>“A literacia financeira ainda não foi integrada nos mesmos.”</p> <p>“Futuramente, penso ser importante, envolver os docentes do Pré-Escolar e os Professores do 1.º CEB para haver uma continuidade, uma linha de pensamento comum, de forma, a trabalhar os diferentes conteúdos previstos para estes níveis de ensino.”</p>
<p>Expetativas do corpo docente sobre a formação na área da educação financeira</p>	<p>Formação e Literacia Financeira</p>	<p>Falta de conhecimento</p>	<p>“Neste momento não temos formação contínua relacionadas com este tema.”</p> <p>“Neste último ano foram muitas as mudanças no âmbito da organização e gestão pedagógica. Os professores ainda estão a conhecer e a apropriar-se das mesmas.</p>

<p>Expetativas da comunidade educativa e a escolha desta área no ensino.</p>	<p>Interesse da comunidade</p>	<p>Falta de Interesse</p>	<p>Muitas são as dúvidas e dificuldades sentidas. Se é pertinente existir um programa mais detalhado, considero que sim, pois proporcionaria ao professor um maior esclarecimento e apoio no desenvolvimento e planificação desta temática.”</p> <p>“Não tenho conhecimento. Sei que muitos professores inscrevem-se e apoiam-se em projetos que surgem exteriores à escola, nomeadamente propostos pela Câmara Municipal, Instituições bancárias...”</p> <p>“...o colégio não tem agendado nenhuma formação nesta área”</p> <p>“...não há muita divulgação de formações nesta área em questão.”</p> <p>“A iliteracia financeira ainda não é um tema que esteja na lista de preocupações de um encarregado de educação. No projeto educativo também ainda não o debatemos.”</p> <p>“No nosso contexto educativo a envolvência dos encarregados de educação e comunidade educativa é muito reduzida, pois trata-se de um contexto sócio-económico médio-baixo.”</p> <p>“...ainda não foi sentida essa expressividade da comunidade educativa.”</p> <p>“Nenhum participante mostrou preocupação sobre esta temática”...”Talvez por alguma falta de conhecimento...”</p> <p>“Fiquei desperta e vou abordar o meu corpo de Docentes para esta realidade e pensar em atividades futuras a contemplar nos próximos projetos do colégio.”</p>
--	--------------------------------	---------------------------	--

Pode-se constatar, de forma transversal, nas 3 entrevistas que a Literacia Financeira não ocupa de todo um lugar de destaque, nem propriamente secundário. A falta de interesse e falta de conhecimento são os fatores principais para estas respostas. Se o corpo docente não encara este tema como importante e, por conseguinte, não procura estratégias de aprendizagem para fazer face às necessidades do contexto escolar, torna-se impossível o sucesso do projeto da Autonomia e Flexibilização Curricular. Neste projeto, a Literacia é um tema que está proposto nas Estratégias para a Educação para a Cidadania, no entanto, é o corpo docente das escolas que tomam a decisão da escolha ou não desta temática e a carga horária que querem, optando

ora como oferta complementar (1 hora semanal) ou então como área transversal a todas as disciplinas e, aí a carga horária será muito repartida, por projetos.

Ao longo das entrevistas, percebe-se que há um distanciamento relativamente a esta problemática, por insegurança, falta de conhecimento e, como tal, pouco à-vontade a desenvolver o tema.

Como complemento à análise das entrevistas e dado não ter existido recetividade por parte das escolas para dar respostas às mesmas, decidi fazer uma análise dos Planos Anuais de Atividades para tentar verificar se existem atividades planeadas pelos institutos de ensino na área da Literacia Financeira. Com base neste objetivo, “naveguei” em diversos *sites* escolares e deparei-me com um cenário bastante comum: grande parte das escolas e colégios não expõe no seu *site* o Plano Anual de Atividades (PAA), o que torna ainda mais difícil a análise pretendida. Poderá ser política da escola a não divulgação do documento, ou será por ainda não estar pronto e existir pontos a debater?

Fiz uma análise de escolas de renome no Distrito de Lisboa que tinham o PAA disponível para consulta, contudo não continham qualquer atividade relacionada com a Literacia Financeira.

Na pesquisa efetuada consegui deparar-me com duas escolas públicas e dois colégios privados com algum tipo de atividade relacionada com este tema:

- No ano letivo de 2018-2019, o colégio Manuel Bernardes organiza no primeiro período uma visita de estudo para alunos do 10.º e 11.º ano à Casa da Moeda, no âmbito da disciplina de Economia A. Esta visita de estudo visa conhecer as quatro atividades desenvolvidas pela Casa da Moeda e conhecer as diferentes fases de produção de moeda metálica.
- O colégio São João de Brito, para os alunos do 12.º ano, está integrada no programa de empreendedorismo da *Junior Achievement*, onde os alunos terão de desenvolver uma ideia de negócio através da criação de uma *startup* onde cada aluno desempenha uma determinada função. O projeto visa inspirar e preparar os jovens para alcançar o sucesso numa economia global através de três pilares fundamentais: educação para o empreendedorismo, literacia financeira e competências para a empregabilidade.

- Agrupamento de Escolas Francisco de Arruda mostra uma preocupação com esta temática, dando algum destaque ao longo do ano letivo.

Tabela 3 – A Literacia Financeira no Agrupamento Escolas Francisco de Arruda

Atividades	Aprendizagens esperadas	Responsável	Público-alvo	Recursos	Local	Calendarização	Indicadores de avaliação
Comemoração do Dia Mundial da Poupança (Dia da Formação Financeira) – projeção de vídeo e debate.	- Compreender que os recursos existentes são limitados e as necessidades/vontades são, tendencialmente, ilimitadas;					31 de outubro	
Lançamento de desafios – pequenas tarefas com a finalidade de despertar o interesse e a curiosidade dos alunos para os conteúdos a abordar.	- Compreender que os recursos naturais e o rendimento disponível para a aquisição de bens e serviços são limitados e que, neste contexto, os indivíduos não podem aceder a todos os bens e serviços que querem, tendo que estabelecer prioridades nas despesas;			Materiais / recursos disponibilizados nas plataformas “Todos Contam” e “Boas Práticas, Boas Contas”, entre outros;		Ao longo do ano	- Realização da atividade (sim ou não); - Adesão (n.º de participantes); - Resultados obtidos (n.º de respostas ou de trabalhos/materiais elaborados e qualidade dos mesmos, se for o caso);
Clube “Conta Comigo” – dinamização de atividades regulares (2/3 tempos semanais)	- Ser capaz de usar o conhecimento adquirido para identificar rendimentos e despesas e, com base nessa informação, fazer escolhas;	Prof.ª Filomena Direito	Alunos do 9.º ano	Equipamentos informáticos; Acesso à Internet Transporte	Biblioteca Auditório Salas TIC Salas de Aula	A partir de janeiro de 2018	- Avaliação efetuada pelos participantes / destinatários.
Elaboração/aprovação do regulamento do Clube “Conta Comigo”	- Ser capaz de elaborar um orçamento de acordo com os seus meios e objetivos; - Compreender a importância do sistema financeiro e conhecer os produtos e serviços financeiros básicos;					Fevereiro de 2018	

Fonte: Plano Anual de Atividades 2017-2018

- A escola secundária Rainha Dona Amélia tem como oferta complementar Formação Cívica, onde contempla dentro da área da Educação para o Consumidor, a Educação Financeira (programa aprovado desde 2015 e em vigor).

Figura 8 – A Literacia Financeira na Escola Secundária Rainha Dona Amélia

- Educação financeira
 - Saber planejar e gerir o orçamento familiar**
 - Compreender a diferença entre o necessário e o supérfluo.
 - Distinguir as necessidades de longo prazo das de curto prazo.
 - Distinguir, exemplificando, consumos que proporcionam uma satisfação imediata de consumos cuja satisfação é mais duradoura.
 - Compreender que gastar mais do que o necessário pode comprometer a satisfação de necessidades no futuro, exemplificando situações.
 - Reconhecer criticamente a compra por impulso.
 - Identificar as diferentes fontes de rendimento (salários, rendas, pensões, subsídios, donativos, rendimentos de capital e outras remunerações).
 - Distinguir despesas fixas de despesas variáveis.
 - Estabelecer a relação entre rendimento e despesas, evidenciando a noção de saldo.
 - Elaborar um orçamento, identificando rendimentos e despesas e apurando o respetivo saldo.
 - Estabelecer prioridades consistentes com determinado rendimento.
 - Distinguir entre rendimento bruto e líquido, calculando o rendimento líquido a partir do bruto e vice-versa, dados os impostos e as contribuições para a segurança social.
 - Tomar decisões tendo em conta que o rendimento é limitado.
 - Identificar possíveis situações inesperadas que podem afetar o rendimento familiar.
 - Compreender a necessidade de constituição de um fundo de emergência no orçamento familiar.
 - Elaborar um orçamento familiar que contemple a constituição de um fundo de emergência.

Fonte: Programa de disciplina de Formação Cívica do 7º e 8º ano

5. Conclusão

O objetivo da investigação da presente Dissertação foi parcialmente atingido. Por um lado, consegui dar resposta, ainda que incompleta, à minha questão de investigação “*Quais as falhas no Sistema Educativo Português relativas ao ensino da Literacia Financeira?*”. Por outro, cheguei à conclusão que a falta de receptividade por parte das escolas face às entrevistas demonstra também que as mesmas podem estar pouco à-vontade em responder sobre um dado tema que não conhecem. Ou seja, as escolas ficaram despertas para uma falha no seu estabelecimento e como tal, não o quiseram demonstrar.

Refletindo sobre este último ponto, e observando o panorama da nossa sociedade atual, consigo perceber o motivo ou os motivos desta ausência. Se formos a analisar os factos ocorridos no final do ano letivo anterior e início deste, houve muitas greves de professores, logo os Planos Anuais de Atividades, as planificações de projetos e reflexões dos novos documentos orientadores não foram feitos e aprovados atempadamente. Até à entrega desta dissertação somente passaram um mês e meio de aulas, ou seja, os docentes tiveram provavelmente poucas reuniões para se juntarem e tomarem decisões. Além de mais, a implementação obrigatória no 1.º ano de cada ciclo do projeto Autonomia e Flexibilização Curricular em todas as instituições do país integrado com os documentos orientadores “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória”, “Aprendizagens essenciais”, “Decreto-Lei 55/2018, fazem com que os professores estejam a adaptar-se à operacionalização dos mesmos e qual a tomada de decisões certas para a realidade da sua escola.

Com a tomada de consciência da necessidade de desenvolver projetos na área financeira nas nossas escolas, estas poderão optar por atividades que envolvam a comunidade educativa. O tema tem sido desvalorizado até então também pela falta de insistência dos encarregados de educação para projetos nesta área. Torna-se um ciclo pois se pais e professores não possuem os devidos conhecimentos, não existe estrutura base, logo no futuro, os jovens tornam-se adultos com lacunas de conceitos acerca do sistema financeiro.

Uma atividade simples que as escolas poderiam implementar seria a comemoração do Dia da Poupança / Dia da Formação Financeira a 31 de Outubro. Verifiquei que as escolas escolhem outras atividades para este dia, como por exemplo, a comemoração do Halloween.

Seria interessante com a colaboração das escolas, perceber por que razão dão primazia a uma festa que não possui origem portuguesa e que se pode assemelhar ao Carnaval pela sua vertente de uso de disfarces, em prol de um tema que tanto afeta o nosso país. Noutros casos o dia 31 de outubro não tem qualquer projeto envolvido, sendo um dia normal de aulas.

Os institutos de ensino a nível de atividades extracurriculares poderiam desenvolver projetos diferentes mas acabam por escolher áreas como desporto individual, desporto coletivo, artes marciais, música, teatro, dança; informática e ainda línguas por ser mais comum. Nenhuma das escolas e colégios analisados através do Plano Anual de Atividades tem algum projeto individual relacionado com o sistema financeiro.

Uma das opções metodológicas, a qual me predisps a trabalhar foi fazer uma análise entre as opções de escolha do ensino da Literacia Financeira entre o ensino público e o ensino privado. Devido à falta de dados para esta análise, o meu objetivo não foi conseguido. Contudo, com a amostra e o levantamento que fiz a nível de documentação, consegui verificar que quer num ensino quer noutra existe igual ignorância sobre o tema apresentado, algo que me surpreendeu pois pensava que o ensino privado estaria mais desperto para este enfoque.

Em qualquer dos ensinos, os docentes revelaram que não conheciam as iniciativas existentes em Portugal que os possam ajudar nesta temática, assim como a existência de formação de professores, como também a existência de recursos didático-pedagógicos. A título de exemplo, os Cadernos de Formação Financeira.

Existem questões que seriam interessantes ver estudadas futuramente, tais como a implementação deste projeto da Autonomia e Flexibilização Curricular nos diferentes níveis de ensino e ainda perceber quais as escolhas das ofertas complementares de cada instituição para cada ciclo de ensino e quais as estratégias de educação para a cidadania propostas.

Será que alguma instituição irá optar por uma área curricular direcionada à Literacia Financeira como oferta complementar? Ou será sempre vista como uma estratégia de Educação para a Cidadania? E essas estratégias passam pela educação financeira? A partir de que anos de escolaridade? Existirá uma mudança nas mentalidades, onde se verifica que esta temática é de extrema importância?

Também não deixa de ser pertinente explorar o que não foi possível na presente investigação, que seria a possível diferença de decisões do ensino público vs ensino privado.

Outro desafio seria uma comparação de institutos de ensino do meio citadino vs meio rural, e verificar se é nas grandes cidades que existe maior implementação de Literacia Financeira ou não. Desta forma, teríamos uma abrangência territorial completa, incluindo as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

O secretário de Estado da Educação, João Costa, através de um comunicado em outubro de 2017, refere que a formação financeira lecionada na Disciplina de Cidadania e Desenvolvimento “não resolve o problema, uma vez que, para além de ser um tempo escasso, será sempre disputado por outras vertentes da educação para o desenvolvimento pessoal e social e não permitirá a construção de uma autêntica literacia financeira” (fonte: Jornal Público). É aqui que o foco se deve manter, e com base neste argumento tomar medidas eficazes para contornar a Iliteracia Financeira em Portugal.

Bibliografia

- Abreu, M. & Mendes, V. (2010). *Financial Literacy and Portfolio Diversification*. *Quantitative Finance*, 10 (5), 515-528.
- Anderloni, L. & Vandone, D. (2010). *Risk of over indebtedness and behavioral factors*. Social Science Research Network. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>
- Atkinson, A. & Messy, F. (2012). *Measuring Financial Literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study*. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 15, OECD Publishing.
- Bardin, L. (1994). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Edições 70. (Edição revista e atualizada)
- Bernheim, B., Garrett, D. & Maki, D. (1997). *Education and saving: The long-term effects on high school financial curriculum mandates*. *Journal of Public Economics*, 80(3), 435-465.
- Brown, R., Saunders, M. & Beresford, R. (2006). *The financially literate manager*. *Accounting Forum*, 30, pp. 179-191.
- Campbell, J. (2006). *Household finance*. *Journal of Finance*, 61(4), 1553-1604.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- Cosme, A. (2018). *Autonomia e Flexibilidade Curricular. Propostas e Estratégias de Ação*. Porto: Porto Editora
- Delavande, A., Rohwedder, S. & Willis, R. J. (2008). *Retirement Planning and the Role of Financial Literacy and Cognition*. Michigan Retirement Research Center Working Paper 2008-190.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Artmed.
- Fox, J., Bartholomae, S. & Lee, J. (2005). *Building the case for financial education*. *Journal of Consumers Affairs*, 39(1), 195-214.
- Gale, W. G. & Levine, R. (2010). *Financial Literacy: What Works? How Could It Be More Effective* Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/.../financial-literacy-what-works.pdf>

- Gnan, E., Silgoner, M. & Weber, B. (2007). *Economic and financial education: Concepts, goals and measurement*. Monetary Policy & the Economy, 3, 28-49.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Principia.
- Hastings, J. S.; Madrian, B.C. & Skimmyhorn, W. (2012). *Financial literacy, financial education and economic outcomes*. NBER Working Paper Series, Paper 18412.
Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w18412>
- Henriques, S. M. (2010). *Aspetos da literacia financeira dos Portugueses: um estudo empírico*. Tese de mestrado, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Huston, S. J. (2010). *Measuring financial literacy*. Journal of Consumer Affairs, 44(2), 296-316.
- Jorgensen, B. L. & Savla, J. (2010). *Financial literacy of young adults: The importance of parental socialization*. Family Relations, 59, 465-478.
- Lusardi, A. (2008). *Financial Literacy: An Essential Tool for Informed Consumer Choice?* Joint Center for Housing Studies Harvard University.
- Lusardi A., Mitchell, O. S. & Curto, V. (2010). *Financial Literacy among the Young: Evidence and Implications for Consumer Policy*.
Disponível em: http://www.dartmouth.edu/~alusardi/Papers/Financial_literacy_young.pdf
- Lusardi, Annamaria & Olivia S. Mitchell (2007). *Baby Boomer Retirement Security: The roles of planning, financial literacy, and housing wealth*. Journal of Monetary Economics, 54, 205-24.
- Lusardi, A. & Mitchell, O. S. (2011). *Financial literacy around the World: an overview*. Journal of Pension Economics & Finance, 10(4), 497-508.
- Lusardi, A., & O. Mitchell. (2006). *Financial Literacy and Planning: Implications for Retirement Wellbeing*. Pension Research Council Working Paper 1, The Wharton School.
- Lusardi, A., & O. Mitchell. (2013). *The economic importance of financial literacy: theory and evidence*. Working Paper 18952. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w18952>
- Lusardi, A. & Tufano, P. (2008). *Debt Literacy, Financial Experience, and Over indebtedness*. Financial Literacy Center.
- Mandell, L. (2006). *Financial Literacy: Improving Education Results of the 2006 National Jump\$tart Survey*. Washington, D.C.: Jumpstart Coalition.

- Mak, V. & Braspenning, J. (2012). *Errare humanum est: financial literacy in European Consumer Credit Law*. *Journal of Consumer Policy*, 35(3), 307-332.
- Marcolin, S. & Abraham, A. (2006). *Financial literacy research: current literature and future opportunities*. 3th International Conference of Contemporary Business. Leura: 24-22.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- OECD (2013). *PISA 2012 Financial Literacy Assessment Framework*. OECD, Directorate for Financial and Enterprise Affairs.
- OECD (2005). *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. OECD, Directorate for Financial and Enterprise Affairs.
- OECD (2006). *The importance of Financial Education. Policy Brief*.
Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/37087833.pdf>.
- Orton, L. (2007). *Financial literacy: Lessons from international experience*. Canada: Canadian Policy Research Networks Inc.
- Potrich, A. C. G.; Vieira, K. M.; Coronel, D. A. & Bender Filho, R. (2014). *Alfabetização Financeira no Sul do Brasil: Modelagem e invariância entre gêneros*. Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais, 2014, São Paulo, 1-2.
- Quivy, R.; Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4ª ed.). Gradiva.
- Rotfeld H.J., (2008). *Financial Aliteracy*. *The Journal of Consumer Affairs*. Editorial Postlude, 42 (2), 306-309.
- Schagen, S. (1997). *The evaluation of Natwest Face 2 with Finance*, National Fundation for Educational Research.
- Szpringer, W. (2007). *Improving financial literacy: Reconciling suppliers and consumers?* *Finance & The Common Good*. Vol. III, n. ° 28 - 29. Geneva: Observatoire de la Finance
- Van Rooij, M., Lusardi, A. & Alessie, R. (2011). *Financial Literacy and Stock Market Participation*. *Journal of Financial Economics*, 101(2), 449–472.
- Vieira, E. F. S. (2012). *What do we know about financial literacy? A literature review*. *Marmara Journal of European Studies*, 20 (2), 23-38.

Bibliografia Cinzenta

Associação Portuguesa de Bancos (2013). Programa de Educação Financeira do Sector Bancário Português;

Banco de Portugal (2010). Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa;

Banco de Portugal (2016). Livro Branco – Sobre a Regulação e Supervisão do Sector Financeiro;

Banco de Portugal (2017). Relatório de Supervisão Comportamental;

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (2011). Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015;

Diário da República Portuguesa: Decreto-lei 139/2012 de 05 de julho
Decreto-lei 55/2018 de 06 de julho

Instituto Nacional de Estatística;

Junior Achievement Portugal;

Ministério da Educação;

República Portuguesa – XXI Governo Constitucional. Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Plano Nacional de Formação Financeira – Todos Contam (2013). Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, O Ensino Básico, O Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos.

Plano Nacional de Formação Financeira – Todos Contam (2015). Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa;

Plano Nacional de Formação Financeira – Todos Contam (2018). Programa de Atividades

Anexos

Anexo A – Iniciativas nacionais / internacionais complementares e datas importantes referentes à Literacia Financeira

- **Doutor Finanças**

O Doutor Finanças⁶ consiste numa plataforma digital onde o cidadão obtém apoio em diversos assuntos como a área financeira e gestão orçamental pessoal. Existem cursos de orçamento familiar, onde o cidadão obtém ferramentas para administrar o seu dinheiro e poupanças. Esta plataforma tem tido imenso sucesso por abordar várias temáticas de interesse para a população e ser bastante fácil de “navegar”. Existe por exemplo um simulador de IRS, um simulador de subsídio de desemprego, um simulador de salário onde é calculado o salário líquido e ainda fóruns onde existe uma partilha de dúvidas e informação entre cidadãos. Os seguros também são abordados, seja em diferentes categorias como seguro casa, seguro automóvel, seguro de saúde entre outros, e ainda quais melhores preços no mercado.

O crédito habitação e crédito pessoal ocupa um espaço bastante importante na plataforma, bem como a possível necessidade de consolidação de créditos. O PPR também não é esquecido assim como aplicações financeiras, sejam elas de elevado risco ou de capital garantido. No geral, é um *site* bastante bem organizado que tem vindo a ajudar cidadãos que precisam de ajuda e aconselhamentos nestas áreas, e que sentem confortáveis com esta opção, por ser um *site* bastante simples e com boa visibilidade dada a sua presença nos meios de comunicação social.

- **DECOJovem**

A DECOJovem leva às escolas sessões informativas sobre Literacia Financeira, tais como “Direitos e Deveres do Consumidor”, “Gerir e Poupar”, “Consumo Sustentável” e “Desperdício Alimentar”. Este é um projeto desenvolvido pela *Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor* (DECO) e dirige-se a escolas do ensino básico, secundário e ainda ensino profissional. As escolas podem participar através do endereço www.decojovem.pt em qualquer altura do ano, e recebem informações e recursos que permitem desenvolver atividades e projetos na área do consumo.

Os professores contam com o apoio técnico e institucional dos especialistas da DECO para poderem fazer face às temáticas.

⁶ www.doutorfinancas.pt

- **Museu do Papel Moeda**

A Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, no Porto, através do Museu do Papel Moeda, tem como um dos seus vários objetivos, ajudar a explicar às crianças e jovens a história do dinheiro de papel português⁷. Os seus visitantes aprendem algumas curiosidades como:

- Em dezembro 1821 o Banco de Lisboa foi o primeiro a abrir em Portugal com funções comerciais e de emissão de moeda, iniciando a sua atividade com 5 mil contos (25 mil euros) de capital;
- Em 1846, após a fusão com a Companhia Confiança Nacional, foi criado o Banco de Portugal. Da herança desta instituição fazem parte todas as coleções de notas emitidas em Portugal continental e ainda de colónias, existindo também exemplares de lotarias, ações, cheques, papel selado, letras e uma coleção de cédulas única no país.

- **31 de outubro: Dia Mundial da Poupança e Dia de Formação Financeira**

O dia Mundial da Poupança foi criado a 31 de outubro de 1924, em Milão, Itália, por Filippo Ravizza, no decorrer do primeiro congresso do *World Society of Savings Banks* sob o lema: “*Poupar é uma missão de elevação económica e moral*”. Nas resoluções do Congresso foi decidido que o Dia Mundial da Poupança deveria ser um dia dedicado à promoção da poupança em todo o mundo.

O dia 31 de outubro é também o dia de Formação Financeira e tem como objetivo consciencializar a população para a importância que a formação financeira tem na sociedade. Esta iniciativa foi criada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e pelos parceiros do Plano Nacional de Formação Financeira no ano de 2012, quando na mesma altura se celebrava o Dia Mundial da Poupança.

Neste seguimento, em 2017 o dia da Formação Financeira foi alargado para uma semana, de forma a envolver o crescente número de parceiros nesta iniciativa, garantindo uma maior cobertura dos diferentes públicos-alvo. Esta semana de formação financeira tem como destinatários: alunos de todas as idades e dos diferentes níveis de ensino, educadores, professores, formadores e ainda a população em geral. Foram feitas parcerias estratégicas com empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas.

⁷ www.facm.pt/facm/facm/pt/museu-papel-moeda

- **Global Money Week⁸**

É uma iniciativa internacional dinamizada pela *Child and Youth Finance International* a qual o Plano Nacional de Formação Financeira se associa pelo sexto ano consecutivo.

O Parlamento Europeu e a OCDE apoiam esta iniciativa que conta atualmente com mais de 137 países envolvidos. O grande objetivo é sensibilizar os mais jovens para a importância dos assuntos financeiros nas suas vidas.

A participação neste projeto é aberta a todas as escolas, instituições públicas, associações do setor financeiro e ONG. No ano de 2018 o Global Money Week decorreu entre os dias 12 e 18 de março sob o lema: “*Money Matters Matter*”. A parceria portuguesa contou com a participação de 24 escolas portuguesas, através da promoção de sessões formativas e outras atividades como a dinamização de jogos e sessões de formação.

- **World Investor Week⁹**

Trata-se de uma iniciativa promovida pela *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO) e o seu objetivo passa também por sensibilizar e alertar aos cidadãos a importância da educação financeira sob o lema “*um investidor informado é um investidor protegido*”.

De 1 a 7 de outubro de 2018 ocorreu a segunda edição em mais de 70 jurisdições que representam os seis continentes. A organização principal portuguesa foi representada pela CMVM, que realizou diversas iniciativas por todo o país em bancos, livrarias e universidades. Em 2017, o G20, o Banco Mundial, o Fórum Internacional para Educação de Investidores, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e a Rede INFO trabalharam com a IOSCO no apoio à World Investor Week, enfatizando a importância da educação e proteção dos investidores para os mercados financeiros globais.

⁸ <http://globalmoneyweek.org/>

⁹ <http://www.worldinvestorweek.org/>

- **Encontro de Supervisão Bancária dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa**

A publicação *Iniciativas de Inclusão e Formação Financeira* foi apresentada no 5.º **Encontro de Supervisão Bancária dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa** (BCPLP)¹⁰, que decorreu em Maputo de 19 a 21 de setembro de 2018.

Esta publicação surge no 3º Encontro dos BCPLP dinamizado pelo Banco de Portugal nos dias 6 e 7 de julho de 2017, onde foram partilhadas de experiências sobre inclusão e formação financeira. Foi possível contar com a presença dos bancos centrais dos países lusófonos que evidenciaram a importância que atribuem à partilha de conhecimentos e de experiências sobre iniciativas de literacia financeira, matéria prioritária da agenda internacional pela sua importância para a proteção dos consumidores e pelas suas implicações no desenvolvimento económico e na estabilidade financeira.

Os BCPLP em 2017 aquando do 3º Encontro celebraram com a *Alliance for Financial Inclusion* (AFI), um protocolo para a promoção da inclusão e da formação financeira nos países de língua portuguesa. A AFI esteve presente pela primeira vez neste evento, dado que se enquadra nos seus objetivos fundamentais: promover a inclusão financeira e o acesso das populações a serviços financeiros de qualidade, através da partilha de conhecimentos, da identificação de melhores práticas e da capacitação dos decisores públicos.

A AFI é a principal ONG no domínio da inclusão e formação financeira, integrando bancos centrais e outras entidades reguladoras do sistema financeiro de mais de 90 países em desenvolvimento.

¹⁰ BCPLP – Banco de Portugal; Banco Central de São Tomé e Príncipe; Banco Central de Timor-Leste, Banco Central do Brasil, Banco Central dos Estados da África Ocidental; Banco de Cabo Verde; Banco de Moçambique e Banco Nacional de Angola

Anexo B – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Cada escola define a sua estratégia de educação para a cidadania, de acordo como disposto no Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

		1.º Ciclo EB				2.º Ciclo EB		3.º Ciclo EB			Ensino Secundário		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Domínios obrigatórios para todos os ciclos e níveis de ensino	Direitos Humanos												
	Igualdade Género												
	Interculturalidade												
	Desenvolvimento Sustentável												
	Educação Ambiental												
	Saúde												
Domínios obrigatórios para dois ciclos do ensino básico	Sexualidade												
	Media												
	Instituições e Participação Democrática												
	Literacia Financeira e educação para o consumo												
	Risco												
	Segurança Rodoviária												
Domínios Opcionais	Empreendedorismo												
	Mundo do Trabalho												
	Segurança, Defesa e Paz												
	Bem-estar animal												
	Voluntariado												
	Outro												

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt>

Anexo C – Referencial de Educação Financeira

Temas, subtemas e objetivos nos diferentes níveis de ensino

TEMAS	SUBTEMAS	OBJETIVOS	Pré-Escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	
	Necessidades e Desejos	Compreender a diferença entre o necessário e o supérfluo	X	X	X	X	X	
Planeamento e Gestão do Orçamento	Despesas e Rendimentos	Relacionar despesas e rendimentos	X	X	X	X	X	
	Risco e Incerteza	Avaliar os riscos e a incerteza no plano financeiro		X	X	X	X	
	Planeamento	Evidenciar a relevância do planeamento a médio e a longo prazo				X	X	
Sistema e Produtos Financeiros Básicos	Meios de Pagamento	Caracterizar meios de pagamento	X	X	X	X	X	
	Contas Bancárias	Compreender o funcionamento da conta de depósito à ordem		X	X	X	X	
	Empréstimos	Caracterizar empréstimos		X	X	X	X	
	Sistema Financeiro	Indicar características do sistema financeiro			X	X		
		Compreender o funcionamento do sistema financeiro					X	X
Seguros	Caracterizar seguros		X	X	X	X		
Poupança	Objetivos da Poupança	Saber o que é a poupança e quais os seus objetivos	X	X	X	X	X	
	Aplicações da Poupança	Compreender formas de aplicação e de remuneração da poupança			X	X	X	
Crédito	Necessidades e Capacidades Financeiras	Caracterizar necessidades e capacidades financeiras				X	X	
	Custos do Crédito	Identificar diferentes custos do crédito				X	X	
	Responsabilidades do Crédito	Entender as responsabilidades decorrentes do recurso ao crédito				X	X	
Ética	Ética e Responsabilidade Social nas questões financeiras	Compreender a importância da ética nas questões financeiras		X	X	X	X	
Direitos e Deveres	Informação Financeira	Saber que existem direitos e deveres relativamente às questões financeiras		X	X	X	X	
	Prevenção de Fraude	Saber proteger-se da fraude financeira				X	X	

Fonte: Referencial de Educação Financeira – Despacho de 30 de Maio de 2013

Anexo D – Estabelecimentos de Ensino Público em Portugal

Estabelecimentos nos ensinos: pré-escolar, básico e secundário - Total e por Nível de ensino

Anos	Nível de ensino						
	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico 1º ciclo	Ensino Básico 2º e 3º ciclos e Secundário				
			Total	2º ciclo	3º Ciclo e Secundário		
					Total	3º Ciclo	Secundário
1988	x	10 140	x	1 448	x	697	x
1989	x	10 099	x	1 500	x	733	x
1990	x	10 038	x	1 467	x	750	x
1991	x	9 896	x	1 436	x	733	x
1992	3 060	9 839	2 884	1 531	1 353	850	503
1993	3 271	9 786	2 922	1 517	1 405	892	513
1994	3 313	9 639	3 018	1 519	1 499	975	524
1995	3 286	9 495	2 923	1 404	1 519	996	523
1996	3 427	9 438	2 976	1 373	1 603	1 067	536
1997	3 799	9 277	2 909	1 320	1 589	1 094	495
1998	4 000	9 186	2 982	1 316	1 666	1 132	534
1999	4 197	9 059	2 972	1 281	1 691	1 149	542
2000	4 469	9 018	2 890	1 238	1 652	1 125	527
2001	4 454	8 847	2 842	1 189	1 653	1 125	528
2002	4 549	8 773	2 840	1 170	1 670	1 136	534
2003	4 566	8 404	2 816	1 155	1 661	1 128	533
2004	4 662	8 160	2 787	1 116	1 671	1 143	528
2005	4 674	7 883	2 609	899	1 710	1 152	558
2006	4 716	7 711	2 576	887	1 689	1 163	526
2007	4 684	6 268	2 598	885	1 713	1 179	534
2008	4 675	5 730	2 633	902	1 731	1 183	548
2009	4 591	5 303	2 637	906	1 731	1 177	554
2010	4 520	5 151	2 659	909	1 750	1 181	569
2011	4 379	4 665	2 639	904	1 735	1 169	566
2012	4 188	4 437	2 651	909	1 742	1 169	573
2013	4 067	4 203	2 658	919	1 739	1 164	575
2014	3 934	4 108	2 669	937	1 732	1 155	577
2015	3 760	3 832	2 667	929	1 738	1 154	584
2016	3 702	3 796	2 662	932	1 730	1 146	584
2017	3 614	3 692	2 653	926	1 727	1 143	584

(Legenda: x = valor não disponível)

Fonte: PORDATA (última atualização com dados disponíveis a 02-07-2018)

Anexo E – Estabelecimentos de Ensino Privado em Portugal

Estabelecimentos nos ensinos: pré-escolar, básico e secundário - Total e por Nível de ensino

Anos	Nível de ensino						
	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico 1º ciclo	Ensino Básico 2º e 3º ciclos e Secundário				
			Total	2º ciclo	3º Ciclo e Secundário		
					Total	3º Ciclo	Secundário
1988	x	639	x	256	x	214	x
1989	x	746	x	329	x	205	x
1990	x	685	x	253	x	200	x
1991	x	509	x	250	x	198	x
1992	1 990	778	841	274	567	238	329
1993	2 043	760	855	259	596	232	364
1994	2 075	669	817	239	578	222	356
1995	1 820	590	740	205	535	189	346
1996	1 951	579	811	211	600	206	394
1997	1 915	561	731	219	512	219	293
1998	2 063	515	797	229	568	214	354
1999	2 148	560	832	247	585	228	357
2000	2 105	571	791	229	562	226	336
2001	2 170	569	792	229	563	232	331
2002	2 181	569	808	230	578	233	345
2003	2 122	530	817	241	576	229	347
2004	2 099	515	822	243	579	236	343
2005	2 122	513	833	245	588	245	343
2006	2 142	523	867	247	620	275	345
2007	2 172	525	905	243	662	308	354
2008	2 172	529	940	245	695	326	369
2009	2 390	562	964	253	711	338	373
2010	2 454	560	973	262	711	343	368
2011	2 433	556	984	266	718	347	371
2012	2 404	554	987	268	719	345	374
2013	2 362	546	970	269	701	323	378
2014	2 367	537	959	264	695	314	381
2015	2 348	522	976	271	705	327	378
2016	2 312	518	996	277	719	340	379
2017	2 286	517	988	272	716	335	381

(Legenda: x = valor não disponível)

Fonte: PORDATA (última atualização com dados disponíveis a 02-07-2018)

Anexo F – Apresentação do tema aos entrevistados

Exmo(a) Sr.(a):

No âmbito da dissertação para obtenção do grau de mestre, integrante no mestrado em *Economia Monetária e Financeira* no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência, a amabilidade de participar numa investigação a qual se intitula “ *A Literacia Financeira no Sistema Educativo Português*”.

A minha investigação está sob orientação do Doutor Sandro Mendonça, professor auxiliar do departamento de Economia no ISCTE.

Antes de mais, apresento-me como uma aluna trabalhadora-estudante, de nome Liliana Sofia Marques Duarte. Trabalho na área da banca há mais de 5 anos e decidi continuar com o meu percurso académico no sentido de crescer enquanto pessoa e profissional.

Objetivos da entrevista:

- Verificar como a literacia financeira é lecionada nos diferentes níveis de ensino público e privado - 1.º, 2.º, 3.º CEB e secundário;
- Analisar atividades, planificações e critérios;
- Perceber quais as dificuldades que o corpo docente está a enfrentar face à nova legislação;
- Reflexão sobre a posição das escolas face a esta temática, bem como perspetivas futuras.

Metodologia:

O estudo tem por base uma análise qualitativa das entrevistas realizadas à *Direção e Coordenação Pedagógica* do Ensino Público e Privado, sendo as entrevistas estruturadas e enviadas em formato escrito para os entrevistados (ver entrevista anexa).

A resposta escrita deverá ser enviada para o seguinte email da investigadora:
liliana.sm.duarte@gmail.com

Com base nas conclusões retiradas do estudo através da “Análise de Conteúdo”, serão criados planos estratégicos a poderem ser utilizados pelos institutos de ensino.

A utilização dos dados é única e exclusivamente para o estudo académico, não sendo utilizados para qualquer outro tipo de fim. Estará salvaguardada a confidencialidade da entrevista não sendo divulgado nome da escola, *se for expressa essa vontade*. Caso contrário, será divulgado o nome do estabelecimento de ensino. Envio em anexo declaração de consentimento para ambos os casos.

Os resultados da investigação serão divulgados aos entrevistados e respetivas escolas e colégios, para que possam verificar a importância da sua colaboração, bem como as conclusões retiradas, de modo a serem um auxílio para decisões futuras.

Com os melhores cumprimentos,

Liliana Duarte

Anexo G – Declaração de Consentimento

Declaração de Consentimento (Com Anonimato da Escola)

Eu (nome completo do participante),

_____ declaro que fui informado (a) do objetivo e metodologia da investigação intitulada “*A Literacia Financeira no Sistema Educativo Português*”.

Estou consciente de que em nenhum momento serei exposto(a) a riscos em virtude da minha participação nesta investigação e que poderei em qualquer momento recusar continuar sem nenhum prejuízo para a minha pessoa. Sei também que os dados da entrevista estruturada, por mim respondida serão usados somente para fins científicos. Aquando do tratamento dos dados, estes serão codificados mantendo assim o anonimato. Os resultados do estudo poderão ser consultados sempre que solicitar. Fui informado(a) de que não terei nenhum tipo de despesas nem receberei nenhum pagamento ou gratificação pela minha participação nesta investigação.

Depois do anteriormente referido, decido livremente participar neste projeto de investigação, tal como me foi apresentado pela investigadora.

(Participante)

Lisboa, ____ de _____ de 2018

Investigadora: Liliana Sofia Marques Duarte

Contactos: liliana.sm.duarte@gmail.com

Declaração de Consentimento (Sem Anonimato da Escola)

Eu (nome completo do participante),

_____ declaro que fui informado (a) do objetivo e metodologia da investigação intitulada “*A Literacia Financeira no Sistema Educativo Português*”.

Estou consciente de que em nenhum momento serei exposto(a) a riscos em virtude da minha participação nesta investigação e que poderei em qualquer momento recusar continuar sem nenhum prejuízo para a minha pessoa. Sei também que os dados da entrevista estruturada, por mim respondida serão usados somente para fins científicos. Aquando do tratamento dos dados, autorizo a divulgação do nome do estabelecimento de ensino a constar na dissertação. Os resultados do estudo poderão ser consultados sempre que solicitar. Fui informado(a) de que não terei nenhum tipo de despesas nem receberei nenhum pagamento ou gratificação pela minha participação nesta investigação.

Depois do anteriormente referido, decido livremente participar neste projeto de investigação, tal como me foi apresentado pela investigadora.

(Participante)

Lisboa, ____ de _____ de 2018

Investigadora: Liliana Sofia Marques Duarte

Contactos: liliana.sm.duarte@gmail.com

Anexo H – Guião da Entrevista

A Literacia Financeira tem vindo a ganhar espaço e debate na sociedade, sendo finalmente abordada nos dias de hoje, por diferentes entidades públicas e privadas. Este tema ganhou enfoque a partir do momento em que foi legislado e considerado uma aprendizagem essencial para o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória.

Questão 1. O seu estabelecimento de ensino preconiza na sua matriz curricular, dos diferentes ciclos, alguma área disciplinar onde poderá constar na sua planificação o tema da Literacia Financeira? Qual?

Questão 2. Se sim, que carga horária é dedicada a esta área?

Questão 3. Se a Literacia Financeira está integrada na área disciplinar relacionada com a Educação para a Cidadania/ Cidadania e Desenvolvimento, que peso tem este tema na planificação anual da disciplina, e que critérios de avaliação está submetido no regulamento interno? Pode anexar um exemplo de uma planificação e dos critérios.

Questão 4. Que atividades estão contempladas no Plano Anual de Atividades sobre a Literacia Financeira?

Questão 5. Se a escola não tem como oferta curricular uma área disciplinar onde esta temática possa ser abordada, quais as razões que levaram a essa decisão?

Questão 6. Sabendo que o novo decreto-lei 55/2018 determina uma matriz curricular base, onde a Cidadania e Desenvolvimento deverá ser integrada nas diferentes áreas de forma transversal, ou ser uma oferta complementar, ou ainda ser uma disciplina, de que forma a escola se está a preparar para desenvolver o tema em questão?

Questão 7. Quando o Corpo de Docentes planifica os conteúdos deste tema, ele fá-lo somente no seu ciclo, ou há um trabalho de equipa entre ciclos onde possam discutir o processo de evolução de conceitos e casos práticos da Literacia Financeira? Pode dar exemplos.

Questão 8. A escola tem planeado ações de formação para o seu corpo docente na área da educação financeira? Se não, como é que os professores conseguem planear os diferentes conteúdos desta área?

Questão 9. Neste momento, o Ministério da Educação emitiu alguns documentos, como as *Aprendizagens Essenciais* e o *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória* onde abordam esta temática. No entanto, a escola sente que há necessidade de haver um programa mais detalhado onde os professores possam conhecer os diferentes conteúdos a abordar nas suas aulas?

Questão 10. No nosso mercado, há livros que abordam a educação financeira para os diferentes anos de escolaridade. Os seus professores regem-se por estes recursos didático-pedagógicos no seu dia-a-dia?

Questão 11. Quando é realizada uma avaliação do Projeto Educativo do seu estabelecimento de ensino, a comunidade educativa expressou a necessidade de abordar este tema? Os encarregados de educação e a comunidade envolvente demonstram preocupação com a ainda elevada iliteracia financeira?

Muito Obrigada pela sua colaboração.

Anexo I – Entrevistas

Escola Pública n.º 1 – Código E.P.1

Questão 1. O seu estabelecimento de ensino preconiza na sua matriz curricular, dos diferentes ciclos, alguma área disciplinar onde poderá constar na sua planificação o tema da Literacia Financeira? Qual?

Sim, na Oferta Complementar, designada Educação para a Cidadania/ Cidadania e Desenvolvimento.

Questão 2. Se sim, que carga horária é dedicada a esta área?

Dependente do ciclo de ensino e do ano de escolaridade. Esta área tem uma carga horária de 1h/semana.

Questão 3. Se a Literacia Financeira está integrada na área disciplinar relacionada com a Educação para a Cidadania/ Cidadania e Desenvolvimento, que peso tem este tema na planificação anual da disciplina, e que critérios de avaliação está submetido no regulamento interno? Pode anexar um exemplo de uma planificação e dos critérios.

Este ano letivo a literacia financeira não foi um tema selecionado para desenvolver nesta área disciplinar.

Questão 4. Que atividades estão contempladas no Plano Anual de Atividades sobre a Literacia Financeira?

No PAA, as atividades contempladas que possam estar relacionadas com a temática são:

Palestra: Marketing: Clássico ou Digital? – 10.º, 11.º e 12.º ano

Empresas&Projetos3D – 9.º, 10.º, 11.º e 12.º ano

Questão 5. Se a escola não tem como oferta curricular uma área disciplinar onde esta temática possa ser abordada, quais as razões que levaram a essa decisão?

A seleção dos conteúdos a abordar são da responsabilidade do corpo docente, que considerou outras áreas mais pertinentes. No entanto, de referir que uma das temáticas selecionadas é o Desenvolvimento Sustentável, que abordará não só a sustentabilidade ambiental, como também a sustentabilidade económica e sociopolítica.

Questão 6. Sabendo que o novo decreto-lei 55/2018 determina uma matriz curricular base, onde a Cidadania e Desenvolvimento deverá ser integrada nas diferentes áreas de forma transversal, ou ser uma oferta complementar, ou ainda ser uma disciplina, de que forma a escola se está a preparar para desenvolver o tema em questão?

No presente ano letivo, a Cidadania e Desenvolvimento está integrada na Oferta complementar. Nas turmas de flexibilização, é tida em conta de forma transversal na DAC. A escola solicitou a opinião do corpo docente, que selecionou quais as temáticas a desenvolver ao longo do ano, sendo uma por período, adaptada a cada ano de escolaridade.

Questão 7. Quando o Corpo de Docentes planifica os conteúdos deste tema, ele fá-lo somente no seu ciclo, ou há um trabalho de equipa entre ciclos onde possam discutir o processo de evolução de conceitos e casos práticos da Literacia Financeira? Pode dar exemplos.

Os conteúdos foram planificados por ciclo, sendo estes adaptados a cada ano de escolaridade do mesmo. A literacia financeira ainda não foi integrada nos mesmos.

Questão 8. A escola tem planeado ações de formação para o seu corpo docente na área da educação financeira? Se não, como é que os professores conseguem planear os diferentes conteúdos desta área?

No que diz respeito à formação, a preocupação no presente ano letivo do agrupamento é proporcionar aos professores formação no âmbito da Flexibilização Curricular e Educação Inclusiva. Como a área em estudo não foi selecionada para ser desenvolvida diretamente, cabe a cada professor, caso considere pertinente desenvolver no âmbito do desenvolvimento sustentável, planear as atividades.

Questão 9. Neste momento, o Ministério da Educação emitiu alguns documentos, como as *Aprendizagens Essenciais* e o *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória* onde abordam esta temática. No entanto, a escola sente que há necessidade de haver um programa mais detalhado onde os professores possam conhecer os diferentes conteúdos a abordar nas suas aulas?

Neste último ano foram muitas as mudanças no âmbito da organização e gestão pedagógica. Os professores ainda estão a conhecer e a apropriar-se das mesmas.

Muitas são as dúvidas e dificuldades sentidas. Se é pertinente existir um programa mais detalhado, considero que sim, pois proporcionaria ao professor um maior esclarecimento e apoio no desenvolvimento e planificação desta temática.

Questão 10. No nosso mercado, há livros que abordam a educação financeira para os diferentes anos de escolaridade. Os seus professores regem-se por estes recursos didático-pedagógicos no seu dia-a-dia?

Não tenho conhecimento. Sei que muitos professores inscrevem-se e apoiam-se em projetos que surgem exteriores à escola, nomeadamente propostos pela Câmara Municipal, Instituições bancárias...

Questão 11. Quando é realizada uma avaliação do Projeto Educativo do seu estabelecimento de ensino, a comunidade educativa expressou a necessidade de abordar este tema?

Os encarregados de educação e a comunidade envolvente demonstram preocupação com a ainda elevada iliteracia financeira?

No nosso contexto educativo a envolvimento dos encarregados de educação e comunidade educativa é muito reduzida, pois trata-se de um contexto sócio-económico médio-baixo. Os professores têm consciência da importância deste tema, pelo que acabam por o desenvolver transversalmente nas diferentes áreas disciplinares, sempre que surja a oportunidade. Como tema a incluir na matriz curricular, a não ser no âmbito da Educação para a Cidadania / Cidadania e Desenvolvimento, ainda não foi sentida essa expressividade da comunidade educativa.

Colégio Privado n.º 1 – Código C.P.1

Questão 1. O seu estabelecimento de ensino preconiza na sua matriz curricular, dos diferentes ciclos, alguma área disciplinar onde poderá constar na sua planificação o tema da Literacia Financeira? Qual?

Não. Como somos professoras do 1.º Ciclo poderemos trabalhar esta área de forma transversal e abordá-la nas diferentes áreas curriculares, nomeadamente, estudo do meio, matemática e apoio ao estudo. Contudo não temos nenhuma hora dedicada e este tema.

Questão 2. Se sim, que carga horária é dedicada a esta área?

Questão 3. Se a Literacia Financeira está integrada na área disciplinar relacionada com a Educação para a Cidadania/ Cidadania e Desenvolvimento, que peso tem este tema na planificação anual da disciplina, e que critérios de avaliação está submetido no regulamento interno? Pode anexar um exemplo de uma planificação e dos critérios.

A educação para a cidadania é trabalhada através de temas comuns da turma e de problemas/ conflitos que acontecem e são resolvidos com o grupo. Desta forma, trabalhamos esta área curricular através da formação cívica, apelando o debate e a discussão de ideias. Este tipo de atividades de realizam-se diariamente. Acredito que a literacia Financeira, ainda não ganhou peso nesta área curricular, muito pelo facto de existir uma grande falta de informação, relativamente a este tema.

Questão 4. Que atividades estão contempladas no Plano Anual de Atividades sobre a Literacia Financeira?

Não temos atividades pensadas/programadas para este tema.

Questão 5. Se a escola não tem como oferta curricular uma área disciplinar onde esta temática possa ser abordada, quais as razões que levaram a essa decisão?

A escola, com a mudança do projeto educativo, e com a tentativa de colmatar algumas fragilidades que existiam relacionadas com a arte, direcionamos as nossas ofertas educativas para áreas que envolvem a arte, nomeadamente, expressões artísticas, teatro, expressão dramática, etc.

Questão 6. Sabendo que o novo decreto-lei 55/2018 determina uma matriz curricular base, onde a Cidadania e Desenvolvimento deverá ser integrada nas diferentes áreas de forma transversal, ou ser uma oferta complementar, ou ainda ser uma disciplina, de que forma a escola se está a preparar para desenvolver o tema em questão?

Efetivamente trabalhamos a Cidadania e Desenvolvimento de forma transversal, apoiando-nos nas outras áreas curriculares, nomeadamente o estudo do meio, quando desenvolvemos reuniões de turma onde trabalhamos o melhoramento de atitudes e de valores diretamente relacionados com o saber estar e saber ser. Fomentando o debate em torno da educação ambiental, igualdade de género,....

Questão 7. Quando o Corpo de Docentes planifica os conteúdos deste tema, ele fá-lo somente no seu ciclo, ou há um trabalho de equipa entre ciclos onde possam discutir o processo de evolução de conceitos e casos práticos da Literacia Financeira? Pode dar exemplos.

Quando o trabalho, ao nível da literacia financeira for iniciado, será apenas desenvolvido ao nível de ciclo, visto que somos uma escola privada e que trabalhamos com alunos até ao 1.º Ciclo.

Questão 8. A escola tem planeado ações de formação para o seu corpo docente na área da educação financeira? Se não, como é que os professores conseguem planear os diferentes conteúdos desta área?

Neste momento não temos formação contínua relacionadas com este tema. Penso, que a única forma de trabalhar os conteúdos será tentar procurar e conhecer um pouco mais esta temática, procurando documentos orientadores e, a partir daí, desenvolver a educação financeira através das diferentes áreas curriculares, por forma a tornar este tema mais transversal a todas as áreas.

Questão 9. Neste momento, o Ministério da Educação emitiu alguns documentos, como as *Aprendizagens Essenciais* e o *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória* onde abordam esta temática. No entanto, a escola sente que há necessidade de haver um programa mais detalhado onde os professores possam conhecer os diferentes conteúdos a abordar nas suas aulas?

A escola tem debatido e refletido sobre diferentes aspetos das Aprendizagens Essenciais, nomeadamente, a forma como deve atuar e trabalhar neste novo contexto de ensino. A mudança tem sido gradual e nós, enquanto professores, temo-nos entrosado com as diferentes dinâmicas e com as novas aprendizagens e competências que são exigidas aos alunos. Penso que a escola terá todo o interesse em conhecer e debater este tema, visto estar inserido numa área curricular.

Questão 10. No nosso mercado, há livros que abordam a educação financeira para os diferentes anos de escolaridade. Os seus professores regem-se por estes recursos didático-pedagógicos no seu dia-a-dia?

Penso que não. Ainda existe pouca informação que chegue às escolas, por meio das livrarias ou editoras, que nos levem a conhecer este tema.

Questão 11. Quando é realizada uma avaliação do Projeto Educativo do seu estabelecimento de ensino, a comunidade educativa expressou a necessidade de abordar este tema? Os encarregados de educação e a comunidade envolvente demonstram preocupação com a ainda elevada iliteracia financeira?

A iliteracia financeira ainda não é um tema que esteja na lista de preocupações de um encarregado de educação. No projeto educativo também ainda não o debatemos.

Colégio Privado n.º 2 – Código C.P.2

Questão 1. O seu estabelecimento de ensino preconiza na sua matriz curricular, dos diferentes ciclos, alguma área disciplinar onde poderá constar na sua planificação o tema da Literacia Financeira? Qual?

Sim, no meu colégio, no 1.º ciclo, a oferta complementar passa por uma área designada por Educação para os Valores. A Cidadania e Desenvolvimento é uma área transversal a todas as outras áreas curriculares, a qual procura desenvolver os diferentes temas propostos nas Estratégias da Educação para a Cidadania.

Questão 2. Se sim, que carga horária é dedicada a esta área?

A Educação para os Valores tem uma carga horária de 1h/semana. A Cidadania e Desenvolvimento, como é uma área transversal a todas as áreas, os professores procuram planificar atividades mensais de modo a contemplar os temas a que se propuseram.

Questão 3. Se a Literacia Financeira está integrada na área disciplinar relacionada com a Educação para a Cidadania/ Cidadania e Desenvolvimento, que peso tem este tema na planificação anual da disciplina, e que critérios de avaliação está submetido no regulamento interno? Pode anexar um exemplo de uma planificação e dos critérios.

Este ano letivo, a literacia financeira não foi um tema selecionado para desenvolver nesta área disciplinar. No entanto, ao nível do 4.º ano de escolaridade, os professores procuraram integrar um projeto de sala cujo tema é Literacia Financeira.

Questão 4. Que atividades estão contempladas no Plano Anual de Atividades sobre a Literacia Financeira?

Neste momento, no PAA, as atividades previstas não estão relacionadas com esta temática.

Questão 5. Se a escola não tem como oferta curricular uma área disciplinar onde esta temática possa ser abordada, quais as razões que levaram a essa decisão?

No final do ano letivo 2017/2018, o corpo docente do colégio fez um balanço sobre o Projeto Educativo e o Plano Anual de Atividades. Depois dessa reflexão começou a delinear as atividades do Plano Anual de Atividades 2018/2019 com base nessa reflexão e segundo as novas orientações do decreto-lei 55/2018. E chegou-se à conclusão que a nossa realidade escolar estaria mais direcionada para as artes e bem-estar, não contemplado atividades da Literacia Financeira. Contudo, no presente ano, o grupo de docentes do 4.º ano de escolaridade mostrou vontade, na última reunião de Conselho Docentes, elaborar um projeto de sala relacionado com esta temática.

Questão 6. Sabendo que o novo decreto-lei 55/2018 determina uma matriz curricular base, onde a Cidadania e Desenvolvimento deverá ser integrada nas diferentes áreas de forma transversal, ou ser uma oferta complementar, ou ainda ser uma disciplina, de que forma a escola se está a preparar para desenvolver o tema em questão?

O colégio tem como oferta complementar a Educação para os Valores para o 1.º ano de escolaridade com o objetivo de incorporar as diferentes temáticas propostas pelo Ministério da Educação. No entanto, nos outros anos de escolaridade, foi pedido em reunião de Conselho de Docentes que os professores desenvolvessem temas desta área de forma transversal de modo a preparar um caminho e fazer um balanço para o próximo ano letivo.

Questão 7. Quando o Corpo de Docentes planifica os conteúdos deste tema, ele fá-lo somente no seu ciclo, ou há um trabalho de equipa entre ciclos onde possam discutir o processo de evolução de conceitos e casos práticos da Literacia Financeira? Pode dar exemplos.

Neste momento os conteúdos são planeados somente pelas professoras do 4.º ano de escolaridade. Futuramente, penso ser importante, envolver os docentes do Pré-Escolar e os Professores do 1.º CEB para haver uma continuidade, uma linha de pensamento comum, de forma, a trabalhar os diferentes conteúdos previstos para estes níveis de ensino. O colégio não tem 2.º e 3.º CEB.

Questão 8. A escola tem planeado ações de formação para o seu corpo docente na área da educação financeira? Se não, como é que os professores conseguem planear os diferentes conteúdos desta área?

Neste momento, o colégio não tem agendado nenhuma formação nesta área pois esta não estava contemplada no PAA. No entanto, o corpo docente já esboçou a sua parecer e mostrou vontade em participar nalguma formação que surja. No entanto, há uma preocupação geral, pois não há muita divulgação de formações nesta área em questão. Enquanto essas formações não acontecem, os professores regem-se pelo Referencial da Educação Financeira presente no site do Ministério da Educação e Ciência.

Questão 9. Neste momento, o Ministério da Educação emitiu alguns documentos, como as *Aprendizagens Essenciais* e o *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória* onde abordam esta temática. No entanto, a escola sente que há necessidade de haver um programa mais detalhado onde os professores possam conhecer os diferentes conteúdos a abordar nas suas aulas?

Os professores ainda estão a apropriar-se destes novos documentos orientadores. Penso que o colégio e o corpo docente demonstra vontade em ir de encontro às temáticas abordadas, como a Literacia Financeira mas há necessidade de haver um programa onde aborde os diferentes conteúdos. Até então, por exemplo, os professores não conheciam sequer o Referencial relacionado com esta área.

Questão 10. No nosso mercado, há livros que abordam a educação financeira para os diferentes anos de escolaridade. Os seus professores regem-se por estes recursos didático-pedagógicos no seu dia-a-dia?

Penso que não. Somente um professor trouxe um caderno de educação financeira que estava exposto no Pavilhão do Conhecimento na noite do professor que se realiza todos os anos para divulgar as atividades daquela instituição. Houve partilha desse material.

Questão 11. Quando é realizada uma avaliação do Projeto Educativo do seu estabelecimento de ensino, a comunidade educativa expressou a necessidade de abordar este tema? Os encarregados de educação e a comunidade envolvente demonstram preocupação com a ainda elevada iliteracia financeira?

Há sempre uma avaliação do nosso Projeto Educativo no final de cada ano. Essa avaliação é abrangida a todos da comunidade educativa. Nenhum participante mostrou preocupação sobre esta temática. Questiono-me também a razão pela qual isso acontece. Talvez por alguma falta de conhecimento sobre esta temática e a sua importância para o crescimento educacional da nossa sociedade. Fiquei desperta e vou abordar o meu corpo de Docentes para esta realidade e pensar em atividades futuras a contemplar nos próximos projetos do colégio.